



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 614 - DE 19 DE JULHO A 2 DE AGOSTO DE 2020 - R\$ 4,00

A maioria dos trabalhadores já voltou ao trabalho

MAIS DE 70 MIL MORTES!

Mais de 2 milhões de infectados!

Milhões de demitidos e desempregados

• QUE FAZER? •

**Que as centrais, sindicatos e movimentos constituam
uma frente única em defesa dos empregos, salários,
direitos trabalhistas e saúde pública.**

**Essa é a via para combater o governo militarista,
antinacional e antipopular de Bolsonaro**

**Essa é a via para impor à burguesia as
reivindicações vitais da maioria oprimida**

A luta contra a política burguesa do isolamento social é internacional

**DESENVOLVER A ESTRATÉGIA DA
REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS**

Que frente é necessária? Qual é o programa?

Está mais do que claro que a classe operária e demais explorados estão voltando ao trabalho, golpeados pela pandemia, desemprego e redução salarial. Também é visível que os micros, pequenos e médios comerciantes e do setor de serviços sentem o peso das perdas. Milhões, que antes da pandemia estavam empregados, se somam a milhões de desempregados e subempregados. Milhares de empresas, micros, pequenas e médias, fecharam as portas, fonte de milhares e milhares de empregos. Milhares que trabalhavam por conta própria sentem que poderão ser futuros desempregados. Perdem suas fontes de renda, muitas delas familiares. Endividados, não conseguem cumprir os compromissos financeiros, e não têm como sustentar o aluguel de sua venda, bar, salão de cabeleireiro, etc.

A classe operária, demais explorados e pequenos comerciantes e de serviços são as camadas sociais que arcam com o maior peso da crise econômica, potencializada pela pandemia. Essa massa de milhões forma a maioria oprimida. É esse gigantesco contingente que necessita, objetivamente, de se colocar em movimento, para defender sua fonte material de existência.

As centrais sindicais, os movimentos (MST, MTST, etc.) e as correntes políticas, que se identificam como defensoras dos explorados, tinham o dever de estar inteiramente voltadas a organizar a luta. É sobre as massas, atingidas pela pandemia e pela crise econômica, que se justifica a necessidade imperiosa e urgente de organizar uma frente única por um programa de emergência, que tenha por base a defesa dos empregos, dos salários, da fonte de renda dos micros, pequenos e médios comerciantes e de serviços. A classe operária, organizada e mobilizada, inevitavelmente, arrastará atrás de si outras camadas de trabalhadores e pequenos negociantes e serviços, caso expresse suas necessidades de existência. A classe operária deve expressar na frente única a exigência dos aliados – micros, pequenos e médios comerciantes/serviços – de que os governos cancelem suas dívidas, adiem o recolhimento de impostos, promovam financiamentos subsidiados, e garantam o pagamento dos aluguéis.

Está mais do que claro que o grande capitalista teve como se proteger. Uma de suas frações, inclusive, lucrará com a pandemia, a exemplo dos banqueiros e dos fundos que exploram a dívida pública. Assim que a quebra do isolamento social se completar, os grandes capitalistas se recuperarão da queda econômica, e sairão fortalecidos. As consequências da pandemia não ameaçaram a existência

dos poderosos grupos. Além de terem um gigantesco excedente de capital acumulado, contaram com as medidas de Bolsonaro e do Congresso Nacional. A PEC do orçamento de guerra, as MPs, como a 936 etc., foram montadas como um escudo às multinacionais, aos grandes grupos nacionais, banqueiros e fundos.

A essa proteção, denominamos de “política burguesa de isolamento social”, cujos resultados comprovam que, de um lado, mantém os explorados descobertos; e, de outro, o grande capital, resguardado. Isso se passou em todo o mundo, sem exceção, apesar das diferenças de governos e das particularidades econômico-sociais. Não por acaso, a pandemia pôs e opôs, meridianamente, de um lado, a classe operária, demais explorados e micro, pequenos e médios negociantes-serviços; e banqueiros, grandes industriais e agroindustriais, de outro. Isso se passou, tanto no Brasil, com alto índice de contaminação e mortalidade, que ultrapassa 2 milhões, e logo ultrapassará as 80 mil mortes, respectivamente, quanto na Argentina, considerada – a boca pequena – como exemplo bem-sucedido de isolamento social.

Em todo o mundo, está colocada a organização da frente única em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde pública, e proteção aos micros, pequenos e médios produtores, serviços e comércio contra as quebras. Certamente, trata-se de uma frente contra o grande capital, a burguesia como um todo e seus governos. Por isso, organizada e dirigida pelo proletariado, a partir dos sindicatos fabris e da central sindical, que concentra a maior força da classe operária. O que, então, os impedem de unir empregados e desempregados, formais e informais, e de arrastar atrás de si os pequenos que se quebram? Precisamente, os sindicatos e centrais submetidos à política de conciliação de classes. Suas direções não respondem à classe operária, mas à burguesia, ou a uma ou outra de suas frações.

A vanguarda com consciência de classe tem pela frente a luta política contra qualquer desvio das direções burocráticas, vendidas e traidoras. E a luta intransigente pela constituição da frente única de defesa da vida das massas, que, nos países semicoloniais, se erguida, se desenvolverá como frente única anti-imperialista. Concretamente, está posta a rejeição à frentona pelo impeachment de Bolsonaro. Isto por que submete a luta do proletariado e demais explorados contra a burguesia e seu governo ao Congresso Nacional. Essa frente é claramente burguesa, portanto, se opõe à tarefa de pôr em pé a frente única de defesa da vida das massas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org / [facebook - massas.por](https://www.facebook.com/massas.por)

Moderação de Bolsonaro

Bolsonaro ficou bem conhecido por seus rompantes ultradireitistas e, ultimamente, por ameaçar os demais poderes da República com um golpe de Estado. Mostrou-se corajoso participando de atos reacionários, que pediam o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional, exortavam a repetição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) da ditadura militar, e exigiam a criminalização do comunismo. Em plena pandemia, Bolsonaro e seu grupo de generais se utilizaram dessas manifestações para se contraporem à posição dos governadores, de seguir a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de isolamento social. As redes sociais bolsonaristas espalharam a propaganda antidemocrática e obscurantista, por meio de um poderoso esquema, sustentado por empresários e dinheiro público desviado para tal finalidade. Os bolsonaristas chegaram ao ponto de provocar o STF, descarregando sobre suas dependências uma chuva de fogos de artifícios. Apesar da inutilidade, o simbolismo exigiu uma resposta de seus ministros. O seu conteúdo foi o de exaltar a democracia, e condenar as ameaças dos bandos fascistas. O apoio do núcleo militar do governo às ameaças golpistas ampliou a crítica de setores da burguesia e da oposição em geral. Uma das ações foi a de pedir às Forças Armadas que dessem sinais de que não estavam de acordo com os ataques às instituições do Estado e à democracia.

Bolsonaro e seus generais ficaram em maiores apuros, com a revelação do temor da reunião ministerial de 22 de abril, que selou o destino do ministro da Justiça, Sérgio Moro. A divisão no campo da ultradireita e direita evidenciou o enfraquecimento do governo, e deu uma melhor dimensão do significado verbal das ameaças golpistas. Uma tentativa de ir além dos impropérios poderia resultar em uma aventura. As Forças Armadas continuam com o governo, e uma influente fração do Congresso Nacional pende para a conciliação, o que não resulta em apoio ao desatino dos bolsonaristas e do próprio presidente da República.

Alguns acontecimentos pesaram no prato da balança em favor de uma moderação do governo. O mais significativo deles foi a prisão do miliciano Fabrício Queiroz. Se a investigação fosse a fundo, ficaria provado juridicamente que o clã deveu sua ascensão política ao vínculo com a Polícia Militar e com milicianos, provenientes da corporação. Daria maior força material à denúncia de Sérgio Moro, de que Bolsonaro pleiteou a subordinação da Polícia Federal aos objetivos familiares. A prisão de membros da milícia virtual, que estiveram à frente do ataque ao STF, não teve como ser respondida com uma contraofensiva do governo. É preciso assinalar ainda que, com a pandemia e suas brutais consequências sociais, Bolsonaro tem perdido apoio de parte de seus eleitores e admiradores. A destituição do ministro da Saúde, Henrique Mandetta, e a defenestração de Moro, atingiu as bases bolsonaristas, que pareciam unidas. O afastamento do ministro da Educação, Abraham Weintraub, significou uma dolorosa perda para a ala ideológica fascizante. Bolsonaro teve de ceder às pressões do STF, que se sentiu diminuído com a petulância de Weintraub,

de exceder no palavreado, transparecendo sua vontade subjetiva de prender “os vagabundos” da mais alta corte. O buraco da crise ministerial se alargou e se aprofundou.

Neste exato momento, o ministro Gilmar Mendes, um dos direitistas do STF, denunciou as Forças Armadas como cúmplice do “genocídio” provocado pela política de Bolsonaro diante da pandemia. A poeira vinha baixando, com o arrefecimento das apedregulhadas de Bolsonaro, quando essa referência de Mendes mexeu com as hostes militares. Não terá importantes consequências políticas, mas indica as dificuldades de uma reconciliação entre as forças de direita e ultradireitista, assentadas nas de centro-direita.

Bolsonaro e seus asseclas militares trabalham nos bastidores para bloquear as investigações em torno à quadrilha de Queiroz. O governo diminui sua impetuosidade e coloca um freio no bolsonarismo radical, buscando, em contrapartida, um alívio das pressões que se manifestam por meio do STF. A decisão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, de retirar das mãos do juiz Flávio Itabaiana Nicolau, o processo contra Flávio Bolsonaro, e transferi-lo para um Órgão Especial do TJ-RJ, foi um sinal a favor do governo. Recentemente, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, deu parecer favorável à transferência de Queiroz para a prisão domiciliar. Ao mesmo tempo, tomou a mesma

Nota-se que se trava, nas entranhas do Estado, pressões e contrapressões das forças burguesas. O problema de Bolsonaro é o de como garantir sua sobrevivência na situação pós-pandemia. Está disposto a compartilhar o poder com todos os partidos que estiverem propensos a auxiliá-lo nessa empreitada.

decisão em relação à sua mulher, Márcia de Oliveira Aguiar, que há dias estava foragida. Chamou a atenção a vergonhosa decisão, considerada um favor a Bolsonaro. Ao lado dessa manobra, o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, também um homem de Bolsonaro, iniciou uma investida para controlar a força tarefa da Lava Jato. O que foi interpretado como um ataque à cidadela de Moro. Essa ação contou com o apoio de ministros do STF.

Nota-se que se trava, nas entranhas do Estado, pressões e contrapressões das forças burguesas. O problema de Bolsonaro é o de como garantir sua sobrevivência na situação pós-pandemia. Está disposto a compartilhar o poder com todos os partidos que estiverem propensos a auxiliá-lo nessa empreitada. A oposição burguesa se distribui em dois polos. A tradicional, vinculada a frações do PSDB e MDB, principalmente. Utilizam-se da crise do governo para, inclusive, abrir caminho na máquina do Estado. E a democratizante, que envolve o PT e aliados. Para ser mais preciso, os partidos burgueses, que procuram manter um pé no velho nacionalismo, como é o caso

do PDT e PSB, oscilam entre esses dois polos. Por força das circunstâncias, se veem obrigados a compor com o PT. A frente pró-impeachment acabou por unir o polo dos reformistas e nacionalistas. O progresso dessa frente dependia da ampliação do apoio de frações burguesas às vias de impeachment ou cassação da chapa pelo TSE, mas ambas ofensivas arrefeceram. A esquerda, que se autointitula de revolucionária, abarcando vários socialismos, não pode constituir um terceiro polo da oposição burguesa, na condição de oposição pequeno-burguesa, e se viu obrigada a se adaptar à frente pelo impeachment do PT, PDT, PSB. Como a tese do impeachment perdeu força, as esquerdas pequeno burguesas submissas à disputa interburguesa também recuou.

Bolsonaro não se avexa quanto ao impeachment. Enquanto contar com o apoio dos militares e de uma ampla camada da classe média, o Congresso Nacional não se arriscará a aprofundar a crise política, recorrendo a essa via. É preciso uma decomposição ainda maior do governo, no quadro pós-pandemia, com a volta das massas às ruas, para que a burguesia avalie se é o caso de remover o governo. Enquanto Bolsonaro e

Notas Nacionais

Guedes prosseguirem na aplicação das medidas antioperárias e antipopulares, o governo será sustentado.

Na presente situação, a classe operária volta ao trabalho, golpeada pela pandemia e pelo desemprego. A classe média vai sentir o peso de sua ruína, um pouco mais à frente. A política de conciliação de classes, praticada pelos reformistas e sua burocracia sindical, se projetou, apoiando a política burguesa do isolamento social. Serviram de auxiliares às medidas antioperárias, que resultaram em suspensão de contratos de trabalho, redução salarial e demissões em massa. O fato de a classe operária não ter enfrentado a crise pandêmica e econômica com uma política e organização próprias facilitou a sobrevivência de Bolsonaro. A vanguarda combativa e que, de uma maneira ou de outra, ainda resguarda a bandeira do socialismo, se submeteu às manobras do PT, aliados e da burocracia sindical. Todos se enfiaram na vala comum do impeachment. As tarefas fundamentais de reorganização do movimento a partir da classe operária ficaram à margem. Não temos dúvida de que os explorados terão de superar a catástrofe da pandemia, para se erguerem contra o governo e a burguesia exploradora.

DESTINO DA LAVA JATO

A negativa do procurador Deltan Dallagnol, de entregar os arquivos da Operação Lava Jato de Curitiba à subprocuradora Lindora Araújo, resultou em uma decisão do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, de que as regionais do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro enviassem todas as informações ao Procurador-Geral da República, Augusto Aras. A diligência de Lindora e a decisão de Toffoli foram interpretadas pelas forças-tarefas como uma tentativa de cercear a autonomia dos

as mãos livres para continuar extraindo usufrutos da política burguesa. A força-tarefa de São Paulo deixou que prescrevesse a investigação sobre Serra. De maneira que parece mais um estertor da enfraquecida Operação Lava Jato.

Confirma a avaliação do Partido Operário Revolucionário (POR), de que a criação das forças-tarefas de combate à corrupção serviu apenas para cassar o PT e seu governo e, em especial, o caudilho Lula. Moro, Dellagnol e outros foram rebentos do escândalo do “Mensalão”, que degolou parte da direção histórica do PT. Lula, somente não foi cassado por um processo de impeachment, porque a economia ia bem, os capitalistas ganhavam muito,

havia apoio popular, e a política de conciliação de classes desmontava o movimento sindical e camponês. A mesma sorte não teve Dilma, no segundo mandato. A Lava Jato, criada em 2014, cumpriu um papel fundamental para o impeachment da presidente, em 2016.

A ditadura civil de Temer não teve como desmontar a Operação Lava Jato, uma vez que o sucessor de Dilma estava implicado até o pescoço com a roubalheira. As delações premiadas estavam em curso, e a única ação que o Congresso Nacional e as demais instituições do Estado poderiam fazer era cortar as asas do Procurador-Geral, Rodrigo Janot. A vergonhosa manutenção de Temer, que até hoje não pagou um centavo de seus crimes, selou o destino da ruidosa Lava Jato. Moro e seus asseclas violaram inúmeras vezes os direitos dos acusados, fazendo interceptações clandestinas, e mesmo assim o Ministério Público e Judiciário fecharam os olhos. Sob o governo de Bolsonaro, vieram à tona as denúncias do Intercept, comprovando um conluio entre Moro e os procuradores da Lava Jato para incriminar Lula, sem que tivessem provas. Interesses particulares de Dellagnol foram expostos. O caso, depois de alguma repercussão política, foi abafado. No entanto, a Operação Lava Jato mal passou a respirar, dali em diante. Não havia

(...) a criação das forças-tarefas de combate à corrupção serviu apenas para cassar o PT e seu governo e, em especial, o caudilho Lula.

procuradores envolvidos no combate à corrupção.

No mesmo momento em que Aras investia sua autoridade por cima da força-tarefa, em São Paulo, se deflagrava a busca e apreensão nos endereços do senador José Serra, PSDB, e de sua filha, Verônica Serra. Esse caso estrondoso estava guardado na gaveta há muito tempo. Tudo indica que a força-tarefa de São Paulo resolveu explodir a bomba quando apertava o cerco de Aras, considerado um homem de Bolsonaro. Certamente, as revelações contra a importante figura do PSDB terão apenas reflexos políticos, uma vez que não há interesse da burguesia em sacrificar um de seus pontais no Congresso Nacional. O mesmo se passou com o bandido Aécio Neves, que se acha com



como manter Lula na prisão. O STF atingiu um nervo central dos procuradores, ao reconhecer que a 2ª instância não poderia ultrapassar os limites constitucionais.

Aras justificou a intervenção nas forças-tarefas dos três principais estados, com a alegação de que se investigava o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia. Essa acusação foi negada pelos procuradores, mas não se sabe ao certo. O que importa, porém, é que o controle das forças-tarefas pelo Procurador-Geral retira a força política que a Operação Lava Jato alcançou sob o governo do PT. O grupo de procuradores passou a enfiar em suas mãos uma massa de informações que comprometia de conjunto a política burguesa, e atingia instituições, incluindo o STF. Chegou o momento em que esse órgão de investigação perdeu apoio de parte significativa das instituições do Estado, depois de ter cumprido sua função de cassar os petistas.

O envolvimento da família de Bolsonaro com reconhecidos membros das milícias do Rio de Janeiro é suficiente para evidenciar que a podridão da política burguesa não tem limites definidos. A Lava Jato não retratou apenas o apodrecimento do PT, mas do conjunto das forças políticas que controlam o Estado, e mantêm a democracia oligárquica a serviço do grande capital. A conversa fiada de que o governo do PT tornou sistêmica a corrupção, que era pontual, se desfez como uma bolha de sabão. O contrário é verdadeiro, o PT se embrenhou na corrupção sistêmica, e somente se saiu bem enquanto seu governo serviu aos interesses da grande burguesia. Agora, os petistas esfregam as mãos de alegria, vendo o desmoronamento de seus algozes – Moro, Dellagnol, etc. A lição desse processo é a de que nenhuma instituição do Estado e nenhuma força burguesa pode moralizar aquilo que está em decomposição. Somente a revolução proletária eliminará as fontes do mar de corrupção.

Nenhum representante da burguesia pode dizer onde começa a mentira e a verdade; onde começa a livre expressão e a fake news

A CPMI das Fake News, o Projeto de Lei, que estabelece a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (PL-2630) e a remoção de algumas contas do PSL (bolsonarista) do facebook, e o cancelamento de alguns canais de WhatsApp do PT, potenciaram a discussão sobre a liberdade de expressão. A questão é de ordem internacional. O boicote de centenas de multinacionais ao facebook, cortando-lhe as fabulosas somas de anúncios, projetou em grande escala as contradições desse veículo de comunicação. O argumento principal é o de “combate ao discurso de ódio”. Um termo bastante elástico.

O que mais tem suscitado as críticas é que as plataformas do facebook têm servido mais às falsas notícias e desinformações do que às verdadeiras. A gama de temas é amplo. Tudo indica, porém, que a preocupação maior de setores da política burguesa é a utilização das falsas notícias para influenciar as eleições. O exemplo de grande repercussão foram as denúncias contra Donald Trump, que teria contado com apoio da Rússia. As redes sociais seriam um canal por onde interferem do exterior na vida nacional. No Brasil, a apuração das fake news foi parar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Há pedidos de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão, por se utilizar da manipulação das plataformas e hackear sites de opositores.

A investida do STF contra a organização bolsonarista, que montou um

prodigioso esquema de propaganda na internet e nos aplicativos de celulares, e que promovia manifestações em favor da volta da ditadura militar, permitiu uma primeira ação concreta, enquanto a CPMI se alongava nas investigações parlamentares. O inquérito movido pelo STF pôs à luz do dia um grupo de empresários que financiava a política bolsonarista nas redes sociais, entre eles, Luciano Hang, proprietário das lojas Havan. Demonstrou o vínculo de empresários, deputados, senadores e governo com as fake news. Está claro

É quase cem por cento de probabilidade que Bolsonaro não estaria na presidência da República, se não houvesse o golpe de Estado e a manutenção do corrupto Temer na presidência, apesar de contar com apoio de apenas 3% da população.

que exploraram ao cansaço as mentiras e falsificações contra o candidato do PT, Fernando Haddad. Um alcance desse inquérito, no entanto, permaneceu restrito a um pequeno espaço de tempo.

Ainda está por evidenciar o peso dessa política na derrubada do governo de Dilma Rousseff, por meio do impeachment. É bom lembrar que organizações, como Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua, somente se tornaram pos-

síveis, graças ao farto financiamento. Usaram e abusaram das plataformas, sob a máscara do suprapartidarismo, combate à corrupção e pela moralidade. Fizeram parte, portanto, de um golpe de Estado e a constituição da ditadura civil de Temer. É quase cem por cento de probabilidade que Bolsonaro não estaria na presidência da República, se não houvesse o golpe de Estado e a manutenção do corrupto Temer na presidência, apesar de contar com apoio de apenas 3% da população. Dizem os especialistas que as fake news se proliferam 70% mais rápido do que as notícias verdadeiras. É bem provável que a explicação está em que, por trás delas, têm muito dinheiro e interesses de setores da burguesia. A ideia de que a verdade é menos atrativa que a mentira não se sustenta na vida real.

O fundamento da mentira e falsificações se acha na política, ideologia e mentalidade burguesas e pequeno-burguesas. É um engano concluir que se trata uma particularidade das redes sociais. A grande imprensa tradicional mente descaradamente, tendo para isso espaço da retórica jornalística. Vamos lembrar que Lula era vencedor, no segundo turno contra Collor, em 1989, quando a Rede Globo montou a fake news de que o PT estava ligado ao sequestro do empresário Abílio Diniz, por um grupo de chilenos. Usou também da prática de atacar a “reputação”, termo bastante utilizado hoje, apresentando uma filha que Lula teve fora do casamento. A internet e os aplicativos

abriram um continente para toda sorte de mentiras e falsificações, que antes eram restritas à grande imprensa, e muito bem acobertadas, como se fossem verdades. Os robôs divulgam as fake news em uma velocidade extraordinária. Mas, para se usar os robôs, é preciso de muito dinheiro. E, onde tem muito dinheiro, tem interesses particulares, de onde nascem as ideias e notícias fraudulentas. É sintomático que o poderoso dono do Youtube se viu obrigado a tomar alguma iniciativa para controlar a investida dos robôs e dos esquemas criminosos, quando as multinacionais deram um ultimatum financeiro. É nesse quadro que se discute a liberdade de expressão. Dizem as autoridades e especialistas que a liberdade de expressão é parte da democracia, e seu limite é dado pelas leis.

O PL 2630, arquitetado pelo senador Angelo Coronel (PSD), foi aprovado no Senado e está na Câmara de Deputados. A regulamentação pretendida do uso das redes sociais tende mais a cercear a livre expressão do que pôr limites à influência do poder econômico. Há uma perigosa zona cinzenta, em que se mistura e se confunde o combate à criminalidade com o livre direito de expressão. O mais provável é que se limite a livre expressão, em nome do combate ao crime. Sabemos, perfeitamente, que as ideias revolucionárias fazem parte do ordenamento burguês da criminalidade. A defesa da revolução proletária pode muito bem ser enquadrada como “discurso de ódio”. Não temos dúvida de que não haverá uma solução favorável à verdade, tendo como juízes do que é

certo ou errado, o próprio poder econômico e os governantes. Os reformistas, tendo à frente o PT, apoiam o PL 2630.

De nossa parte, afirmamos que não sairá nenhuma lei que favoreça a verdade e a liberdade de expressão do Congresso oligárquico e corrompido até a medula. As mentiras e falsificações se desfazem diante da realidade e não das leis burguesas. As questões políticas daí decorrentes serão enfrentadas pela luta de classes, pela organização da classe operária, que encarna a verdade histórica de que o capitalismo está em decomposição e potencializa a barbárie em todos os sentidos. Um sistema econômico em decomposição tem de mentir para se sustentar. A verdade só interessa à classe revolucionária, o proletariado, em sua luta pelo socialismo.

“Associação das Forças Armadas ao genocídio”

Em uma vídeo-conferência, patrocinada pela Revista Isto É, da qual participava o ex-ministro Henrique Mandetta e o médico Dráuzio Varella, o ministro do STF, Gilmar Mendes fez uma referência sobre o fato do Exército estar se associando a um genocídio, diante da “substituição de técnicos por militares nos postos-chave do Ministério da Saúde...”. A utilização do conceito “genocídio” foi considerada pelos ministros-generais de Bolsonaro e pelos três comandantes das Forças Armadas como uma ofensa e calúnia. O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, decidiu entrar com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR). Uma nota, apoiada pelos três comandantes das Forças Armadas, contesta a denúncia de Gilmar Mendes, dizendo que “genocídio é definido por lei como a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso”. Se assim fosse, o Brasil poderia ser denunciado na justiça internacional.

Gilmar Mendes já havia utilizado o conceito de “genocídio” para alertar o governo de Bolsonaro quanto à sua política, contrária ao isolamento social. Dessa vez, foi além, indicando a responsabilidade do Exército, portanto, por extensão, das Forças Armadas, de admitir que o Ministério da Saúde fosse ocupado, não só por um general da ativa, que está em seu comando, como também duas dezenas de militares, sendo que na totalidade 14 são da ativa. Gilmar Mendes não pediu as desculpas exigidas, mas minimizou sua crítica, justificando que se tratava de um contexto de discussão acadêmica.

Certamente, o ministro do STF jamais levantaria um dedo contra as Forças Armadas. O aviso foi para o bem da instituição, que cumpre um papel essencial na organização e funcionamento do Estado burguês. É correta a interpretação de juristas, que saíram em defesa de Gilmar Mendes, de que “genocídio” foi usado como hipérbole para o tamanho da tragédia provocada pela pandemia. Comentaristas da grande imprensa, por sua vez, procuraram tornar elástico o conceito, afirmando que, em determinados casos, é aplicado, mesmo que não corresponda historicamente ao conteúdo do conceito. De qualquer forma, para efeitos jurídicos e políticos, prevalece o conceito histórico, sustentado em inúmeros casos de limpeza étnica. Entendemos que Gilmar Mendes, conhecedor do conceito histórico e das implicações jurídicas internacionais, se valeu da hipérbole para alertar as Forças Armadas do risco que vêm correndo de seguir os passos de um governo em decomposição. Sabe-se que o ministro do STF tem boa interlocução com o comandante do Exército, Edson Pujol, e que vem se esforçando para restabelecer um pouco de harmonia entre o poder Judiciário e poder Executivo, que também envolve o poder Legislativo. Bolsonaro tem o calcanhar de Aquiles descoberto, e que se não se esforçar por cobri-lo, a crise política poderá enveredar para caminhos desconhecidos.

As Forças Armadas, que nada sofreram com o fim da ditadura militar, voltaram a ocupar postos de comando no governo federal. Os inúmeros generais que formam o núcleo



de poder, regido pelo descabeçado presidente da República, permitiram que cerca de 8 mil militares se inserissem na máquina administrativa, exercendo funções de governabilidade. É escandaloso que o Ministério da Saúde passou a ser controlado por uma general da ativa, que se cercou de vários companheiros de farda. Mendes alertou que essa composição acabaria associando as Forças Armadas aos milhares de mortes, que não param de aumentar. O fato de Bolsonaro ter resistido à diretoria da OMS, e combatido os governadores que a seguiram, será colocado na conta, não só do governo, mas das Forças Armadas, que o apoiam.

Os militares retomaram posição de comando da governabilidade do País pelas portas dos fundos. Aproveitaram o esgotamento do governo reformista e o golpe de Estado de 2016 para reconquistarem um lugar de proeminência, sem precisar dar um só combate. Estabeleceu-se um governo de forma civil, portanto eleito pelo voto popular, mas militarizado em seu conteúdo. A tese de que os militares são mais capazes para dirigir um país complexo como o Brasil é a mesma que esteve na base do golpe de 1964, e da ditadura que se impôs por 21 anos. Afundou com a crise econômica, iniciada em meados dos anos de 1970, tendo de ceder lugar à volta da democracia oligárquica, e de governos sobressaltados diuturnamente pela instabilidade política. O bolsonarismo abriu de vez as comportas para a ascensão dos generais, que ficaram entreabertas no governo de Temer.

As Forças Armadas evidenciaram as tendências ultradireitistas, que prevalecem entre a oficialidade. Nada de novo, evidentemente. O que há de novo é a formação de um governo civil controlado pelos militares. Essa façanha sui generis reflete a decomposição da democracia oligárquica, incapaz de reagir às determinações do grande capital e do imperialismo; e assentada no mar de miséria estrutural do Brasil semicolonial. Reflete, também, o fracasso do reformismo, encarnado pelo PT, e a fortaleza da política de colaboração de classes, praticada por uma casta burocrática que controla os sindicatos e movimentos sociais.

A derrubada do governo do PT não serviu para solucionar a crise política. A explicação está em que não se resolve a crise econômica com a simples mudança de um governo burguês por outro. Os fatores que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas nacionais inviabilizaram a continuidade do PT no poder, e continuaram inviabilizando a estabilidade política dos governos que se valeram do golpe de Estado. As Forças Armadas retomaram um patamar elevado de intervenção no Estado, em função da desintegração de um governo após outro, no último período. Não têm como, porém, mudar o curso da crise política, se atendo à democracia oligárquica. Está aí por que a sombra de um golpe militar pairou sobre o Palácio do Planalto, conforme o governo de Bolsonaro se mostrou incapaz e em processo prematuro de falência.

A pandemia agravou as contradições econômicas e políticas, ao ponto de a oposição ter um espaço para pleitear o impeachment do presidente. Os ministros do STF e os partidos de centro-direita, que controlam o Congresso Nacio-

nal, receiam que Bolsonaro não seja capaz de dar respostas à situação pós-pandemia. Está se formando uma linha de força para manter o governo. O que depende de os militares disciplinarem Bolsonaro, e se guiarem de acordo com as diretrizes da política de centro-direita. As Forças Armadas, assim, se encontram em uma encruzilhada, ou seguem o aventureirismo dos bolsonaristas, ou seguem as forças que se organizam no interior do Congresso Nacional e do STF. Um golpe do tipo de 1964 não se coloca na presente na situação. Não há como as Forças Armadas se sobreponem aos partidos políticos e afogarem os sindicatos e movimentos sociais. O alerta de Mendes é para que as Forças Armadas se dissociem do governo Bolsonaro, cujo destino não lhes será favorável. A dissociação, inclusive, é a garantia para que esse governo chegue ao final.

As Forças Armadas, assim, se encontram em uma encruzilhada, ou seguem o aventureirismo dos bolsonaristas, ou seguem as forças que se organizam no interior do Congresso Nacional e do STF. Um golpe do tipo de 1964 não se coloca na presente na situação. Não há como as Forças Armadas se sobreponem aos partidos políticos e afogarem os sindicatos e movimentos sociais.

Esse episódio é mais um entre tantos, que ocorreram nesse período de quatro meses de pandemia. É um produto da dificuldade de se constituir um governo ultracentralizador e capaz de disciplinar os conflitos interburgueses, que se potencializam com o bloqueio das forças produtivas, aumento do desemprego, subemprego, pobreza e miséria. A sorte de Bolsonaro dependeu, nesse momento de crise concentrada, da quase total paralisia do movimento operário e das massas em geral, bem como o apoio que ainda conserva na pequena burguesia. A política de colaboração de classes dos reformistas e da burocracia sindical chegou ao seu ponto mais alto, com o apoio à política burguesa do isolamento social.

As massas despertarão para a responsabilidade, não só do governo Bolsonaro e dos militares pela tragédia, mas também do conjunto da burguesia. Compreenderão, por outro lado, que a política burguesa do isolamento social não fez senão proteger os interesses da burguesia. Nota-se que a responsabilidade pela mortandade, desemprego, miséria e fome não se circunscreve ao governo, mas, em distintos graus, envolve também a oposição burguesa.

As condições da luta de classes mudarão, assim que os explorados acordarem do tremendo pesadelo vivido com a pandemia, milhares de mortes, demissões em massa e reduções salariais. Objetivamente, a crise econômica e política exige que o proletariado trilhe o caminho da independência de classe, começando por defender as reivindicações mais elementares, e avançando em direção à estratégia própria de poder, que é a do governo operário e camponês. O reerguimento da classe operária e demais explorados, depois do terror sanitário, se chocará com o governo militarista. A vanguarda com consciência de classe deve se preparar para a retomada da luta de classes, armando-se do programa de reivindicações e da estratégia revolucionária.

Meio ambiente

Mais um dos ministérios em crise

A apuração do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe), de que “a Amazônia teve 20% a mais de focos de queimada em junho deste ano, em relação ao mesmo período de 2019”, provocou um novo alvoroço no governo Bolsonaro. O fato se ligou ao pronunciamento do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião de ministerial de 22 de abril, de que se deveria aproveitar a pandemia para “passar a boiada”. Desde o início de seu governo, Bolsonaro tem sofrido pressão internacional dos governos europeus, de poderosos fundos financeiros e de corporações multinacionais.

Inicialmente, orientado pelos militares, respondeu com a bandeira de soberania nacional sobre a Amazônia. Naquele momento, se destacou o atrito do governo brasileiro com o francês. Um pronunciamento de Emmanuel Macron foi considerado como uma ingerência nos assuntos internos do Brasil. O rompante nacionalista de Bolsonaro foi se esvaziando, na medida em que os europeus foram cortando a “ajuda financeira” à preservação da Amazônia, e os importadores aumentaram o tom da ameaça de prejudicar o agronegócio brasileiro. Formalmente, apaziguaram os ânimos entre o imperialismo e os nacionalistas impotentes. Ocorre que não há como impor obstáculos capazes de conter o avanço das forças econômicas na exploração, legal ou ilegal, da Amazônia, principalmente nas condições de crise e gigantescos excedentes de capital.

A Amazônia é reconhecida por sua enorme potência de riquezas natural e mineral. É antiga a discussão sobre a ambição do imperialismo, de controlar, de uma maneira ou de outra, a sua exploração. Principalmente, desde os anos de 1990, quando a bandeira da preservação ambiental ganhou inteira visibilidade, o Brasil se tornou centro das atenções, devido ao extenso território, em grande parte preservado da furiosa e anárquica exploração capitalista. Nota-se que é um problema antigo, que se renova periodicamente com a anarquia da produção e saque da natureza. Lembremos que até mesmo a ditadura militar, nos anos de 1970, teve de responder às exigências do imperialismo, munido do ambientalismo e disseminado por ONGs, financiadas desde o exterior.

Verifica-se que a burguesia brasileira nem consegue garantir a soberania nacional, nem desenvolver a economia, preservando o meio ambiente, como um valor de interesse nacional diante de seus saqueadores. Não por acaso, ampliam-se os conflitos em torno da Amazônia, a partir do momento em que a agroindústria e o agronegócio dão um salto na capacidade de produção do “setor primário”. Nas últimas décadas, o País se reafirmou como agroexportador, em detrimento do avanço das forças produtivas de manufaturas. Isso explica, em boa parte, que o ambientalismo, ditado pelas potências, expressa interesses do agronegócio internacional. Não há como desvincular a questão real dos desequilíbrios ecológicos da guerra comercial. A China potencializou o agronegócio no Brasil, permitindo-lhe liderar a produção e exportação de soja, e concorrer com outros produtos de exportação. Inevitavelmente, colocou o País na arena da guerra comercial.

O governo Bolsonaro não só tem feito senão manobrar, em meio aos interesses do imperialismo, para não bloquear a penetra-

ção das forças econômicas nas áreas consideradas de preservação ambiental. O que recrudescer o problema real da “biodiversidade”, de um lado; e de outro, favorece grupos econômicos. Como parte das manobras, o governo criou o “Conselho da Amazônia”, chefiado pelo general Hamilton Mourão, vice-presidente. Nesse novo capítulo da questão ambiental, o general tomou a frente, pondo de lado o ministro Ricardo Salles. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, pressionaram para que fosse dada uma resposta alentadora aos fundos de investimentos e às multinacionais do agronegócio, que se mascaram com a política do preservacionismo. A economia brasileira voltou a depender, em grande medida, da agroexportação. O descenso da capacidade da indústria torna o agronegócio um fator de extraordinário peso na política nacional. Sem dúvida, esse não é um problema de hoje, é histórico, estrutural do Brasil semicolonial. O que importa é verificar as particularidades do momento, em que o capitalismo se desintegra mundialmente, e arrasta os países de economia atrasada por trás dos interesses das potências, que se valem do ambientalismo.

É uma farsa a bandeira da soberania sobre a Amazônia. A soberania em questão é a do País. Se não se impõe a independência nacional diante do imperialismo, a soberania da Amazônia é grandemente relativizada. Em meio a essa aparência de soberania, comparece a farsa da preservação dos povos indígenas. Não há como o capitalismo explorar racionalmente a Amazônia, e dar condições de existência ao pouco que restou dos povos autóctones. Não há dúvida de que a ameaça à “soberania da Amazônia” se avolumará constantemente, mas como parte da ausência de real independência e soberania nacionais. O velho nacionalismo fracassou no objetivo de estabelecer uma fisionomia própria do capitalismo no Brasil. E os farrapos que restam dele, que ainda pairam sobre militares e partidos reformistas, têm menos condições ainda de defender a Amazônia, e colocá-la a serviço do desenvolvimento nacional, em detrimento dos interesses e do saque imperialista.

Somente a classe operária, organizada em seu partido revolucionário, tem como enfrentar a ofensiva das potências, com a bandeira democrática e anti-imperialista de independência nacional. Essa tarefa faz parte do programa de expropriação revolucionária do grande capital, e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A independência nacional e preservação do meio ambiente virão com a derrubada da burguesia do poder, e constituição de um governo operário e camponês. A classe operária e demais explorados estão, sem dúvida, diante de respostas concretas à questão Amazônica. Avançam a grilagem de terras, a exploração mineral, a devastação da floresta, o extermínio de espécies e miséria dos indígenas. Uma das primeiras medidas do programa da classe operária é a de expropriar os latifundiários e o agronegócio, e nacionalizar as terras. Essa luta exige uma unidade de combate da maioria oprimida contra a minoria burguesa opressora. Essa unidade pode ser alcançada por meio de uma frente única anti-imperialista, dirigida pelo proletariado.

Frente ampla pró-impeachment

Substituição de um governo burguês por outro

Assistimos ao fracasso da “Jornada de Lutas”, de 10, 11 e 12 de julho. As centrais e movimentos não cumpriram com o compromisso de mobilizar “pelo impeachment, Fora Bolsonaro e defesa da democracia”. Pequenos atos foram promovidos pelas esquerdas. PT, PCdoB, PDT, PSB e Rede, que representam a força da frente ampla, formalmente constituída em 23 de junho, simplesmente ignoraram o calendário, por eles mesmos montado.

As correntes de esquerda (PSOL, PSTU, PCB, etc.), que embarcaram na frente pelo impeachment, ficaram a ver navios. Em São Paulo, se dividiram, e, assim, inviabilizaram o ato na Paulista, uma parcela se refugiou na Praça da Sé, seguindo o culto ecumênico. As direções das centrais sindicais pouco se importaram com o fracasso. O seu objetivo era o de ir com uma delegação de burocratas ao Congresso Nacional, para entregar um pedido de impeachment de Bolsonaro a parlamentares do PT. Tiraram fotos e fizeram discursos contra o “genocida”. Aguardam, agora, o trabalho dos deputados petistas junto ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para assim ter assunto político. Todos sabem que Maia e os demais lacaios da “pacificação institucional” vão engavetar o pedido, avolumando as dezenas de petições que foram se acumulando nesses meses de pandemia. Notamos que a CSP-Conlutas não assinou o documento “Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras”, uma peça digna do rasteiro reformismo.

O Ato de entrega do pedido de impeachment, no dia 14 de julho, foi qualificado de “simbólico” pelas centrais. Em outras palavras, imprestável, inócuo e demagógico. Os burocratas das centrais, da UNE, do MST, da Marcha Mundial das Mulheres, etc. consideram cumprida sua função de representação de centenas de organizações, pleiteando o impeachment, e denunciando de genocida o governo de Bolsonaro. Evitaram, com toda razão, revelar seus interesses eleitorais, que falam mais alto que seu amor pela vida dos pobres e miseráveis. Os esquerdistas, que se envergonharam diante do documento “Medidas de proteção à vida (...)”, a exemplo do PSTU, e que apregoam que “em defesa da vida, dos empregos, dos salários e da renda, e também das liberdades democráticas, é preciso derrubar esse governo”, agarraram-se à bandeira do impeachment.

As centrais desconhecaram a “Jornada de Lutas” de julho, ao sentirem que os explorados não iriam responder à bandeira do impeachment, e que forças burguesas em conflito com Bolsonaro acharam melhor arrefecer a crise política. No Ato fajuto de Brasília, os reformistas reconheceram que, sem o clamor popular, o balão do impeachment continuará murcho.

De repente, a grandiosa frente que reuniu PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PSTU, PCO, centrais, organizações estudantis e movimentos (Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem-medo, MST, MTST) se viu tolhida pelos cálculos políticos do reformismo, do oposicionismo burguês. O “Fora Bolsonaro” se tornou uma bandeira do impeachment. Para mascarar o caráter antidemocrático desse recurso, chegou-se a adendar um adjetivo ao conceito, de sorte que se inventou um “impeachment popular”. E aqueles que não querem que aconteça o que aconteceu com Dilma Rousseff,

cujo vice-presidente sucedeu a presidenta, ampliam a bandeira, pregando “Fora Bolsonaro e Mourão” (cassação da chapa pelo TSE). Todos eles emblocados, ao redor de saídas pelas próprias instituições da burguesia.

A CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU, se entusiasmou com o tamanho da frente ampla. Declarou-se um de seus membros, e estendeu seu tapete: “Em defesa da vida, quarentena geral com garantia de emprego e renda digna para todos. Fora Bolsonaro e Mourão, já”. Exaltou a preparação da jornada de julho pelo “Fora Bolsonaro; impeachment, já”. O “já” é por conta do entusiasmo dos centristas. Vê-se que a bandeira “Proteger a vida, a saúde, a renda e o emprego” foi um enfeite à bandeira do impeachment.

A frentona passou longe das necessidades mais elementares da classe operária e demais explorados. Não houve e não há um pingão de vontade política de sua direção de organizar a luta, partindo da defesa dos empregos e salários.

A frentona passou longe das necessidades mais elementares da classe operária e demais explorados. Não houve e não há um pingão de vontade política de sua direção de organizar a luta, partindo da defesa dos empregos e salários. As centrais, inclusive a esquerdista CSP-C, se valeram das fraudulentas assembleias virtuais, para que os trabalhadores consentissem a aplicação da MP 936. Não seria, agora, que caminhariam no sentido contrário ao curso percorrido em meio à pandemia. O palavreado de defesa da vida dos trabalhadores não se sustenta um segundo, diante da política real de subordinar as necessidades vitais das massas à troca de um governo burguês por outro.

Vimos e vivenciamos a gravidade da crise de direção revolucionária diante da pandemia e de suas consequências brutais sobre a força de trabalho. A submissão dessa frente à política burguesa do isolamento social – nenhuma variante esquerdista verbal irá ocultar – é uma das causas da completa desorganização do proletariado, da volta temerosa ao trabalho daqueles que não perderam o emprego, e do desespero de milhões que não veem um horizonte de uma nova colocação no concorrido mercado de trabalho.

O POR denuncia a frentona de desviar a luta dos explorados para objetivos eleitorais do reformismo, e capitulação das esquerdas que ainda se vestem de socialistas. Essa frente ampla decorre da política de colaboração de classes, praticada desde o início da pandemia, e da adaptação do oposicionismo democratizante-reformista à crise política e às manobras do oposicionismo de frações da burguesia. Trata-se de pôr em pé uma frente única que impulsione as reivindicações da classe operária e demais explorados, um plano de emergência; que una empregados e desempregados; e que mostre à maioria oprimida que a luta de classes a conduz à estratégia de um poder próprio, um governo operário e camponês, expressão da ditadura de classe do proletariado.

A maioria da classe operária e dos demais trabalhadores já voltou ao trabalho. Apesar de a contaminação atingir mais de 2 milhões e as mortes superarem os 70 mil, os capitalistas e seus governos continuam rompendo o isolamento social, que era parcial. Os explorados, além de se sujeitarem à pandemia, arcam com alta taxa de desemprego e subemprego. A burocracia sindical continua reclamando o “direito à vida”, sem fazer absolutamente nada para organizar a resistência dos explorados. Não convoca as assembleias, não levanta concretamente a bandeira de redução da jornada sem reduzir os salários, escala móvel das horas de trabalho, recuperação dos postos de trabalho perdidos, e anulação de todas as medidas que diminuíram os salários. O Boletim Nossa Classe continua com sua campanha nas fábricas. Abaixo reproduzimos uma parte dele.

Boletim Nossa Classe - São Paulo

Política Operária

Que as centrais e sindicatos organizem um movimento por emprego, salário e saúde pública



A classe operária e demais trabalhadores estão diante do desemprego, da redução salarial e da pandemia, que continua matando milhares. Hoje, o número de desempregados chegou a 87,7 milhões. O número de empregados é de 85,9 milhões. Assim, o Brasil tem mais desempregados do que empregados. Todo trabalhador sabe que o emprego é a sua única fonte de existência. O desemprego leva à miséria, à necessidade e à fome. Milhões de brasileiros, ou passam muita necessidade, ou passam fome.

Com a pandemia, os salários também foram reduzidos. Os dados do governo dizem que 11 milhões de trabalhadores com carteira assinada tiveram redução dos salários. O fato é que as empresas combinaram redução salarial com demissões. A Medida Provisória (MP-936) resultou em um desastre para os assalariados. Bolsonaro pretende prorrogar a aplicação da redução sala-

rial e suspensão dos contratos.

O coronavírus está caminhando rapidamente para 70 mil mortos. A imensa maioria é de pobres e miseráveis. A política burguesa do isolamento social não protegeu os que mais precisavam da saúde pública. E ainda por cima, permitiu aos patrões demitirem e reduzirem os salários.

Está aí por que é necessário organizar um movimento nacional, em defesa dos empregos, salários e saúde pública.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e sindicatos organizem uma campanha pela readmissão dos demitidos na pandemia, e por emprego àqueles que já estavam desempregados. Que defendam a reposição das perdas, o fim da MP 936 e anulação dos acordos de redução salarial. Que façam a campanha em defesa da saúde pública e fim do sistema privado, que só serve aos ricos.

Unir empregados e desempregados

As direções sindicais devem fazer a campanha pela união de empregados e desempregados. Unir, para defender os empregos e os salários. Não podemos aceitar que os demitidos sejam lançados aos lobos. Não podemos perder a consciência de que todos nós fazemos parte da classe operária. Defender os

empregos e os salários, é defender a própria classe operária contra a exploração capitalista.

Para organizar a campanha pela unidade dos empregados e desempregados, os sindicatos devem convocar as assembleias, e constituir os comitês de defesa dos empregos.

O Boletim Nossa Classe luta para que os trabalhadores se mantenham sempre unidos, tanto no emprego quanto no desemprego. Os sindicatos devem ampliar a campanha de fábrica para a campanha nos bairros pobres e miseráveis. Para isso, formar os comitês fabris e os comitês de bairro.

Não permitir o fechamento de fábricas

O fechamento da Ford foi um grande golpe sobre a classe operária. Agora, estamos diante da ameaça de fechamento da Kostal. Esses não são acontecimentos isolados. A quebra econômica leva ao fechamento de inúmeras fábricas. Demissões, desemprego e fechamento de fábrica são uma só coisa para a classe operária.

Em nossa campanha contra o desemprego e a redução de sa-

lários, entra a luta contra o fechamento de fábricas.

O Boletim Nossa Classe defendeu a ocupação de fábrica, no caso do fechamento da Ford e da Kostal. Os trabalhadores devem exigir que os sindicatos se coloquem pela ocupação de toda fábrica que seja fechada. E exigir do governo que criem recursos para o funcionamento da fábrica, sob o controle operário da produção.

Boletim Nossa Classe - Ceará**O que os trabalhadores devem fazer diante da crise econômica?**

Mesmo com a reabertura do comércio e a volta das atividades na indústria e serviços, é grande a expectativa dos trabalhadores sobre o que fazer diante da crise. Os salários de muitos foram rebaixados pelos acordos dos patrões com o governo, na chamada MP 936, que permitiu a redução de jornada com redução do salário. Muitas fábricas demitiram e pequenos negócios fecharam as portas. O número oficial dos desempregados no Brasil é mais de 14 milhões, fora aqueles que desistiram de procurar emprego ou que há muito vivem do trabalho informal. A juventude nos bairros pobres também não tem perspectiva de emprego pela frente.

Diante dessa situação, que devemos fazer? Em primeiro lugar se organizar para lutar por emprego a todos, unindo empregados e desempregados. Se os governos, por um lado, preocupam-se

com o desemprego massivo porque reduz o mercado consumidor, por outro, os patrões veem nesses milhões de desempregados, batendo à sua porta, a chance de impor aos que continuam empregados, salários baixos e superexploração.

A crise da pandemia serviu para esconder a verdadeira crise econômica desse sistema capitalista, onde os patrões são donos de tudo, e nós trabalhadores, de nada! É urgente agora lutar em defesa de nossas vidas.

- *Nada de aceitar calado o desemprego, o subemprego, a superexploração e os baixos salários! Exigir do Sindicato uma campanha já!*
- *Organizar os empregados e desempregados na luta por emprego a todos!*

Boletim Nossa Classe – Pernambuco**Uma assembleia presencial que não organizou a luta**

Diante do anúncio de prorrogação da Convenção Maldita da patronal por mais três meses, o sindicato acertadamente convocou a assembleia presencial, no dia 03/07, em dois turnos. Mas, errou ao não chamar a categoria nas garagens e fazer assim uma Assembleia legalista e passiva.

A assembleia se resumiu à apresentação de uma contraproposta à Convenção atual, a ser obtida pela via judicial. Os demitidos, que aguardam há meses a readmissão, estavam presentes. A fome pressiona pela assinatura de acordos individuais. Saí-

ram com mais pedidos de que esperem as ações jurídicas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) atuou na assembleia por meio do Boletim Nossa Classe. Defendeu que a assembleia deveria fazer o balanço da ação do sindicato sob a pandemia, e organizar a luta para derrubar a convenção da patronal com os métodos próprios da classe, parando as garagens e construindo a greve, para garantir a readmissão de todos os demitidos e defender o salário, sem ceder nenhum centavo para o patrão.

Centrais fazem politicagem com o “Fora Bolsonaro”

O impeachment é um instrumento da política burguesa. Só resulta em afastamento de um presidente se for de interesse da burguesia. Significa que o Congresso Nacional apodrecido vai remover um presidente, e colocar outro que cumpra melhor as necessidades da burguesia. As Centrais, com o “Fora Bolsonaro” querem apenas desgastar eleitoralmente o presidente, e preparar o terreno para seus partidos.

Estamos de acordo que é preciso derrubar Bolsonaro. Mas quem deve fazer isso é a classe operária e demais oprimidos, por

meio de Tribunais Populares, para julgar os crimes da burguesia. A luta com independência de classe não se dá no terreno da burguesia, se juntando com uma das frações burguesas.

O Boletim Nossa Classe defende que o combate tem de partir da defesa dos empregos, salários e saúde. Isso unifica todos trabalhadores e desempregados. É preciso criar comitês e assembleias nos bairros, fábricas e garagens. A conquista da independência de classe é fundamental para construirmos um poder próprio da maioria, um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ **35**

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Boletim Nossa Classe – Rondônia**A campanha salarial 2020/2021 não pode ocorrer de forma virtual!
O Dissídio Coletivo não deve ser resolvido pela Justiça!
A Privatização dos Correios não pode ser impedida pelo Congresso!
Organizar a luta, convocar as assembleias presenciais!!!**

Companheiros,

O isolamento social imposto pelo governo e pelos capitalistas foi determinado pelo interesse econômico e não pela necessidade de “salvar vidas”. Agora, quando entramos em julho, verificamos que o isolamento vai sendo quebrado em cada município e estado, por imposição das necessidades econômicas, mesmo quando chegamos a quase 70 mil mortos.

Nos Correios, sabemos que o isolamento e a proteção à vida nunca foi prioridade. Os trabalhadores doentes, com comorbidades ou coabitando com pessoas doentes foram atacados todos estes meses, com tentativas de redução salarial.

Nossa Campanha Salarial deve ser aprovada e organizada em cada local de trabalho, em cada região, em cada estado. As comissões de mobilização não podem ser “virtuais”, porque as decisões devem impactar o poder econômico e, para isso, é preciso atos de ruas, paralisações do trabalho, organização de uma greve ativa.

Agora, a direção da ECT busca pressionar os trabalhadores em home-office para retornarem ao trabalho, ameaçando cortar anuênio. As Superintendências da Paraíba, do Espírito Santo e recentemente do Rio de Janeiro quiseram impor aos ecetistas a triagem de correspondência em suas próprias casas (recebendo caixetas). Além de ferir o sigilo das correspondências que não poderiam sair da empresa, essa tentativa mostra nenhuma preocupação com a saúde dos trabalhadores em isolamento.

O fato é que, sem seleção/contratação há anos, faltam trabalhadores para atender a demanda, que só aumentou na última década. A pandemia apenas deixou mais explícita essa situação de precariedade.

Mas, o ataque não se dirige apenas a uma parcela da categoria. Em maio, a ECT já exigia a “renegociação” do atual Dissídio Coletivo. Isso porque a empresa quer impor o congelamento salarial e quer avançar sobre direitos, como o fez com a questão do pagamento dos planos de saúde. [...]

Combinado a estes ataques, o ministro Paulo Guedes anunciou que os Correios devem entrar na lista de privatização ainda em 2021. O objetivo, portanto, da direção da ECT, com uma nova negociação, é enxugar a empresa, contendo gastos para tornar mais atrativa a sua privatização. [...]

Nossa Campanha Salarial deve ser aprovada e organizada em cada local de trabalho, em cada região, em cada estado. As comissões de mobilização não podem ser “virtuais”, porque as decisões devem impactar o poder econômico e, para isso, é preciso atos de ruas, paralisações do trabalho, organização de uma greve ativa. Nem a Justiça, nem as reuniões online com os Correios ou entre nós garantirá a defesa de nossos empregos, salários e direitos.

Do mesmo modo, a campanha pela privatização dos Correios está a todo vapor dentro do governo. E não é tirando Bolsonaro que essa campanha cessará, porque ela é parte dos interesses nacionais e internacionais de grandes grupos capitalistas. Apenas a luta de massas, nas ruas, poderá barrar a ofensiva privatista. A Findect chegou a apresentar um Projeto de Lei que “suspenderia” as privatizações e, em sua página na internet, tem chamado os trabalhadores a apoiar a “consulta pública online” da Câmara dos Deputados. Isso é perda de tempo! Isso é enrolação para não organizar a luta! Nenhum projeto de lei vai barrar o plano de privatizações.

Nenhuma ilusão no Congresso Nacional!

É preciso vencer a paralisa! Se seguimos trabalhando, devemos seguir lutando!

É urgente a organização da luta, com a CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS PRESENCIAIS!

Devemos exigir a mobilização, e as assembleias presenciais para aprovar:

(a) nenhuma mudança na cobrança dos planos de saúde, luta para que os Correios paguem integralmente o valor a todos os ecetistas e suas famílias; (b) garantir a reposição salarial com base na inflação e nas perdas históricas da categoria; (c) contratação de mais ecetistas para enfrentar o aumento exponencial do trabalho; (d) garantia que trabalhadores em grupo de risco ou com familiares em grupo de risco mantenham-se afastados, sem qualquer redução salarial; (e) luta nacional contra a privatização dos Correios. [...]



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 9
Set 2019

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

Os trabalhadores da Educação e os estudantes estão diante das pressões dos governadores e prefeitos para que voltem às aulas. Isso, quando a pandemia continua contaminando e matando. Durante todo esse período, tiveram de se sujeitar ao ensino a distância, que não tem como substituir as aulas presenciais. O plano dos governos e empresários da educação é o de implantar de forma mais geral possível o EaD. Os Boletins da Corrente Proletária na Educação têm respondido, sistematicamente, a esse objetivo. Está claro que ganham os governos porque diminuem gastos com a educação; ganham os empresários, porque vão lucrar ainda mais. Perdem os estudantes, porque terão um ensino ainda mais precarizado; perdem os professores, porque terão menos emprego e mais carga de trabalho. Abaixo publicamos parte dos boletins.

Ceará - Boletim da Corrente Proletária Estudantil Não ao EAD, contra o plano de sucateamento da universidade pública! Por uma alternativa do movimento estudantil independente! Construir uma assembleia geral universitária, já!

O agravamento da crise sanitária proveniente da pandemia do COVID-19, e a implementação por estados e municípios da política de isolamento social, na qual os mais pobres, ou ficam em casa e passam fome por falta de emprego, ou saem ao trabalho e correm o risco de adquirir o novo coronavírus, modificou a dinâmica de vários setores. Entre estes, a Educação, que implementou a resposta dos governos à nova dinâmica da pandemia. Esta, diante da pressão dos governos, adotou as “atividades remotas” ou “atividades a distância”, nomenclaturas que, em essência, expressam projetos de EaD, porém, ainda mais sucateados, anticientíficos, antipedagógicos e de ataque à Educação. Alternativa de ensino que representará o avanço do EaD pós-pandemia, visto que, desde a década de 1990, existe um processo de abertura legislativa do ensino público ao EaD, tendo como apogeu o Decreto 9.057/17, aprovado no governo golpista de Temer, que liberou 100% da carga horária de vários cursos da Universidade Pública ao modelo de ensino citado. A partir disto, pode-se deduzir qual o verdadeiro interesse dos governos burgueses, a exemplo Camilo Santana (PT), ao tentar implantar de goela abaixo o modelo de ensino a distância.

Diante disso, desprende-se o fato da reitoria da UECE se preparar para finalizar o semestre 2019.2, via EaD, rechaçando a parcela de estudantes que ficarão de fora, por falta de infraestrutura, e sendo consequente com a política burguesa de su-

cateamento da Universidade Pública. Algo que, na falta de um posicionamento do movimento estudantil independente, poderá se estender ao próximo semestre, consumando ainda mais o ataque à Universidade. [...]

Frente aos ataques apresentados, é urgente que o movimento estudantil (CAs e DAs) organize a luta contra qualquer tentativa de implantação do EaD, em sua forma mais sucateada ou não. Está posta à luz do dia a necessidade da convocação de uma Assembleia Geral presencial para a deliberação de um posicionamento do movimento estudantil independente, não subordinado à burocracia universitária; é necessário que a maioria que compõe a Universidade e que mais encarna o programa de defesa desta Instituição delibere sobre o rechaço ao EaD, e sobre o calendário acadêmico; além disto, que encaminhe um calendário de ação direta nas ruas, para a materialização de suas reivindicações, somente desta forma, por meio de ações concretas, a reitoria voltará atrás em seus ataques contra o segmento discente, algo que não se materializará, se o movimento optar tão somente por manifestações online, que tiveram ineficiência comprovada quando observada a continuidade dos ataques à Universidade.

Estudantes, construamos uma Assembleia Geral! Contra o EaD, excrescência do capitalismo sobre a Educação! Não se subordinar frente à administração superior! Construamos uma luta independente por meio da ação direta!

Corrente Proletária na Educação Direção do ANDES-SN decide por Conad Extraordinário online Excepcionalidade e isolamento social dos governos

A situação dos trabalhadores em educação, tanto no Ensino Básico, quanto no Superior, é excepcional na atual pandemia. É o único setor social que, de fato, pôde realizar o isolamento, manter-se em quarentena, mesmo no setor privado. Tal excepcionalidade projetou sobre a consciência dos trabalhadores e das direções sindicais desse setor que o isolamento, imposto pelos governos e pelo poder econômico, os capitalistas, era o único meio de proteger as vidas.

Sabemos, no entanto, que nunca houve amplo isolamento social no Brasil, conforme recomendado pela OMS e por especialistas da área. Setores de produção industrial e agrícola, do comércio, trabalhadores informais dos serviços, isto é, a esmagadora maioria da população brasileira, continuou sob o jugo da exploração do trabalho, continuou enfrentando transportes públicos lotados, vivendo sob condições sanitárias desumanas

e, com a pandemia, sob o império das medidas provisórias que escancararam a Reforma Trabalhista, como a MP 936 agora Lei 14.020/20, que já conta com mais de 12 milhões de “contratos celebrados” de redução salarial (podendo chegar a até 70% de diminuição dos salários).

As atividades sindicais online e a decisão sobre a prorrogação dos mandatos sindicais

As burocracias sindicais, como as da CUT e da Força Sindical, utilizaram as assembleias on line para aprovar os planos de retirada de direitos, com a justificativa de “salvar empregos” quando a realidade é que milhões perderam seu sustento nos últimos meses. Mesmo a CSP-Conlutas, à qual está filiado o ANDES, aprovou por assembleias virtuais de operários o rebaixamento salarial, como se fosse a única alternativa diante da situação pan-

dêmica. O “isolamento social” das direções sindicais resultou em aumento da miséria, destruição de postos de trabalho e aumento da exploração.

Em junho, a direção do ANDES-SN, considerando a suspensão das eleições sindicais, decidiu por se apoiar na lei 14.010/2020 do governo Bolsonaro, para liberar as assembleias on line para que as seções sindicais aprovassem a prorrogação de seus mandatos, e aprovou a realização de um CONAD extraordinário, para os dias 30 e 31 de julho, com o mesmo intuito. [...]

São Paulo - Corrente Proletária na Educação

Volta às aulas em setembro

É preciso organizar a luta, para evitar o pior

No dia 7/07, depois da audiência pública com o Secretário da Educação, Bruno Caetano, a SME (Secretaria Municipal de Educação) publicou uma Minuta com o “Protocolo de voltas às aulas”. As aulas presenciais, segundo o texto, estão previstas para serem retomadas no dia 8/09. A Minuta estabelece as recomendações que devem ser seguidas, tanto pelos trabalhadores da Educação, como pelas famílias e estudantes, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. [...]

A Prefeitura de SP vem, há anos, diminuindo o número de funcionários dentro das unidades escolares, desde o corpo docente até o quadro de apoio. Em 2019, diminuiu drasticamente o número do pessoal da limpeza. Para o retorno, em setembro, teremos ainda o desfalque por conta dos funcionários que estão no grupo de risco. A SME nem cogitou a hipótese de novas contratações. [...]

Os explorados jamais podem colocar o seu destino nas mãos da classe inimiga. E para atuar com independência de classe, não podemos estar dissolvidos como categoria, fora dos nossos locais de trabalho, caso contrário, não conseguimos nos erguer como força social coletiva para enfrentar os ataques da patronal e do Estado.

A Corrente Proletária na Educação exige que as direções do Sinpeem, Apeoesp e demais sindicatos, incluindo a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) saiam do imobilismo, abram suas instâncias e convoquem as reuniões de base, com vistas na construção das assembleias.

De nada adianta dizer que as ações presenciais nos exporiam ao risco de contágio. É preciso encarar o problema de frente: o isolamento social, que sempre foi parcial, agora foi rompido por completo. Sem a resistência unitária dos trabalhadores e famílias, prevalecerá o plano de retorno ditado pelo poder econômico. Aí sim o resultado será desastroso, com uma infinidade de contaminados e mortos.

[...]

Aumenta o número de demitidos na Educação durante a pandemia

[...]

Segundo a Apeoesp (sindicato dos professores da rede estadual de SP), mais de 35 mil trabalhadores da rede sofrem com a falta de aulas, ficando sem salário, situação que atinge principalmente os professores temporários (Categoria O) e eventuais (categoria S e V), sem ao menos ter direito ao mísero auxílio emergencial de R\$ 600,00.

Na Educação privada, a situação não é diferente. Sem as aulas presenciais, a inadimplência se ampliou, e o pagamento dos salários começou a ser prejudicado.

A ação corporativista não é de “defesa da vida”. Esta é apenas uma racionalização para alguns setores, e política colaboracionista para as direções. A ação corporativista e “seletiva” serve para quebrar os elos de luta que se projetaram a partir do mês de junho, e que podem crescer ao longo do segundo semestre. É preciso planejarmos o retorno às atividades presenciais, tanto no trabalho, na luta contra o EAD, quanto nas atividades sindicais, para responder ao conjunto de ataques que a Educação, os serviços públicos e os trabalhadores, em geral, enfrentarão no próximo período contra o governo e os capitalistas.

Na Uninove, mais de 300 professores souberam da demissão através da plataforma on-line. O grupo Laureate, que controla a FMU e a Anhembí Morumbi, dentre outras, demitiu mais de uma centena professores da modalidade EaD. Na Unicsul, a massa de desempregados pode ser superior a 30% do corpo docente. Outras universidades, como a Sumaré e a UNIP, estão forçando seus professores a aceitarem a redução de jornada com redução de salário para o próximo semestre. [...]

O papel mais elementar que as direções sindicais deveriam cumprir era o de rejeitar energeticamente as demissões, seguindo o princípio de que emprego não se negocia, defende-se com luta. A via das petições e atividades virtuais é inócua, tal como o recurso à Justiça burguesa. A Corrente Proletária na Educação defende a convocação das assembleias e comitês presenciais, com a mais ampla unidade dos assalariados, para erguer a resistência coletiva. Ao mesmo tempo, coloca a necessidade de formar as frações revolucionárias no seio de cada categoria, para enfrentar a burocracia corrompida e, assim, retomar os sindicatos como ferramenta de luta.

29 de julho – Dia estadual de luta

Que a direção da Apeoesp instaure a assembleia geral, para a categoria decidir as reivindicações e os métodos de luta

Mobilização em defesa dos contratados em Mauá

A Corrente Proletária/POR faz parte da coordenação da sub-sede, e tem insistido na organização do comitê presencial para impulsionar a luta por emprego e demais reivindicações do magistério.

[...]

Conforme avançou a crise econômica, os defensores do “fica em casa” se viram forçados a aprovar duas atividades presenciais para cobrar a Diretoria de Ensino e a Secretaria de Educação. As principais reivindicações eram: direito às aulas para os contratados e candidatos à contratação, além do direito à saúde, com o acesso ao IAMSPE (hospital do servidor público).

[...]

Quais lições devemos extrair dessa mobilização?

[...]

Apesar dos atos organizados pelos camaradas de Mauá terem sido pequenos, serviram para mostrar o método correto de pressão sobre o governo. O erro está na conduta da direção estadual do sindicato, que se nega a convocar a assembleia presencial e a mobilizar a categoria de verdade. As ações virtuais e negociatas via Parlamento e Justiça são o caminho da derrota.

Mahle autopeças ameaça demitir 220 trabalhadores. Que o sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos

A crise capitalista, que já é profunda, se agravou com a pandemia. Os capitalistas (patrões), o governo facistizante de Bolsonaro e o Congresso corrupto descarregam o peso da crise nas costas da classe operária e demais explorados. Desta vez, foi a Mahle, autopeças de São Bernardo do Campo, que anunciou que pretende demitir 220 trabalhadores, de diversos setores da fábrica. O sindicato informou que *“não concorda com as demissões, e que buscará apresentar um conjunto de medidas, com o intuito de construir a negociação”*.

Os companheiros da Mahle não devem cair nessa conversa mole. Já conhecemos o resultado das negociações, que têm feito o sindicato. Eles falam que são contra as demissões, e logo depois negociam acordos que permitem aos patrões demitirem. Devemos aprender com as experiências anteriores. A política de acordos sem lutas do sindicato só tem beneficiado a patronal. Os metalúrgicos do ABC já conhecem bem qual é o conjunto de medidas que o sindicato vai apresentar para negociar com a Mahle: demissões por meio de PDVs, lay-off, suspensão de contratos, redução de jornada com redução de salários, etc. Basta lembrar do que ocorreu quando a Ford anunciou o fechamento. A direção do sindicato também na época falou que era contra as demissões e o fechamento da fábrica. Tudo mentira! Na prática, fizeram tudo para que os operários não lutassem contra o fechamento e defendessem seus empregos. A burocracia deixou os operários da

Ford isolados. Não convocou a assembleia geral dos metalúrgicos para unificar a luta. Fazia assembleias internas, e pressionava os trabalhadores a aceitarem a demissão por meio do PDV, ou mandava os trabalhadores ficarem em casa, passivos, enquanto eles negociavam com a multinacional o acordo de demissão. Com a cumplicidade do sindicato, a Ford fechou a fábrica, e demitiu todos os trabalhadores.

Devemos dizer não à política de acordos sem luta do sindicato. A classe operária deve utilizar seu método próprio de luta, que é a greve, a ação direta para defender suas reivindicações. Não devemos aceitar nenhuma demissão ou suspensão do contrato de trabalho. Nenhuma redução de salário e direitos. Frente às demissões e à ameaça de fechamento das fábricas, a classe operária deve responder com a greve, ocupar as fábricas e impor o controle operário e coletivo da produção.

A luta contra as demissões na Mahle e na Kostal, outra autopeça de São Bernardo que também já anunciou que irá fechar em 30 de setembro, deve transformar-se em uma trincheira de luta nacional, em defesa dos empregos e salários, e para colocar abaixo todas as reformas e medidas provisórias antioperárias, enviadas pelo governo e aprovadas pelo Congresso Nacional corrupto. Exigir que o sindicato convoque a assembleia geral dos metalúrgicos imediatamente, é o primeiro passo para conseguir esse objetivo.

Aumentam os pedidos de seguro-desemprego

A crise econômica, agravada com o Covid-19, é violenta para a maioria dos trabalhadores. Segundo pesquisa da Folha de SP, de julho/20, os pedidos de seguro-desemprego aumentaram. Em junho, teve um aumento de 28%, em relação ao ano anterior. No primeiro semestre, o seguro-desemprego foi pedido por 3,9 milhões de trabalhadores, um aumento de 14,8%, na comparação com o igual período de 2019. O perfil dos trabalhadores que solicitaram seguro-desemprego é o seguinte: 39,6% eram mulheres e 60,4%, homens. A faixa etária entre 30 e 39 anos representou 32,1% dos requerentes. Os trabalhadores com formação no ensino médio foram 59,9%. Os índices de pedidos de seguro-desemprego por setores da economia: serviços (41,7%), comércio (25,4%), indústria (18,7%), construção civil (10,1%) e agropecuária (4,1%).

Esse quadro de ampliação dos pedidos de seguro-desemprego, que equivale ao valor máximo de R\$ 1.813,00, revela que as medidas instituídas pelo governo de Bolsonaro/Guedes não serviram para garantir os empregos, como alegava a MP 936. O benefício, que permite um salário referência ao trabalhador por apenas quatro meses, não evita que uma grande maioria seja jogada na miséria pela falta de emprego. Como o seguro-desemprego depende de carteira assinada, e um período de carência para requerer, esse crescimento de pedidos indica que as demissões atingiram o trabalho formal e uma faixa de assalariados que já possuía 18 meses, exigidos pela lei.

Esses dados só confirmam que o patronato vem aproveitar a pandemia e a paralisia das direções sindicais para demitir

em massa. É dever dos trabalhadores mais conscientes exigirem que o sindicato convoque assembleia e organize a luta contra as demissões. Emprego se defende com luta!, essa deve ser nossa bandeira.

R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

Balanço da greve nacional dos petroleiros
Capitulação da direção da FUP impõe derrota ao movimento

Duas experiências:
a greve dos petroleiros de 1995 e a de 2020

GREVE NACIONAL DOS PETROLEIROS

POR | Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Demissões não param de crescer

O número de desempregados no Brasil vem crescendo, a passos largos. São inúmeras as denúncias de fechamento de fábricas, bares, restaurantes, lojas, empresas de aviação, estatais, bancos, etc. No setor fabril, segundo o Caged (cadastro que registra contratações e demissões de emprego formal no país), o balanço de vagas do setor, em março, foi de menos 32 mil vagas, e 196 mil, em abril. Segundo a FSP, há pelo menos o fechamento de seis unidades fabris, desde abril. São elas: Kostal (SP) com 300 demitidos; Mitutoyo (SP), com 90; Paquetá, em Teutônia (RS), com 150; Picadilly (RS), com 400; Ramarin (BA), com 300; e RR Shoes/Via Uno (RS), com 400.

No setor bancário, a notícia é que o Banco Santander executou 20 demissões, por dia útil, em junho, totalizando, até o momento, 433 trabalhadores. No entanto, segundo a dirigente do Sindicato dos Bancários de SP, Osasco e Região, Lucimara Malaquias, esse número pode ser ainda maior. Isso ocorreu, mesmo depois do banco ter assumido um compromisso público de que não demitiria durante a pandemia. As manifestações nas portas das agências e as pressões na rede virtual, promovidas pelo sindicato, não surtiram efeito.

A Usiminas, segundo a Intersindical, anunciou a demissão em massa dos operários. A direção estava respaldada pelo TST, que autorizou as demissões. Mesmo tendo a possibilidade de aplicar a MP 936, redução de jornada e salário, e suspensão de contratos, a direção da

Usiminas se mostrou irredutível com as demissões.

A Petrobrás não ficou atrás. Pretende demitir 15.470 trabalhadores, até o final desse ano, de acordo com o presidente da estatal, Roberto Castello Branco. Uma parte dos demitidos, 10 mil trabalhadores, será feita através dos PDVs. Os demais serão cortados após a venda das refinarias, termoeletricas, refinarias e outros ativos. O que restar será incentivado a aderir ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI). Diante de tamanho ataque aos empregos e a privatização, a direção da FUP informa que esse problema será discutido no 18º Congresso da FUP, de forma virtual.

Como se vê, a política das direções sindicais é a da conciliação de classes. Aproveitaram a pandemia e a quarentena para aprovar, em assembleias virtuais, a implantação da MP 936. Agora, diante das demissões, não movem uma palha no sentido de organizar a classe operária para responder coletivamente, com seus próprios métodos, as demissões em massa. Insistem na farsa das assembleias virtuais e nos Congressos online. A ausência de comissões de fábrica e oposição classistas acaba deixando as burocracias sindicais de mãos livres, para negociar acordos de demissão e redução salarial. A tarefa para a vanguarda com consciência de classe, além de combater os patrões e seus governos, é a de trabalhar para recuperar os sindicatos, que estão nas mãos dos burocratas.

Responder a mais um ataque à classe operária e demais trabalhadores

O governo de Jair Bolsonaro autorizou, na terça-feira (14/07), que empresas recontratem imediatamente funcionários demitidos durante a pandemia, sem que se configure fraude trabalhista. Sendo assim, o governo rompe com uma regra vigente em uma portaria de 1992, que estabelece que é fraudulenta a rescisão acompanhada de recontração em um período de 90 dias após a data do desligamento. O grave é que a medida permite que a recontração seja feita com base em um salário menor. Eis aí a fraude: os patrões vão aproveitar para demitir ainda mais e recontratar, se for preciso, o mesmo trabalhador, com salário reduzido.

Governo e patrões penalizam os trabalhadores de todas as formas. Seja na redução de jornada com redução de salário, seja na suspensão dos contratos de trabalho com uso de dinheiro público, e muitas outras medidas antioperárias que virão. E, agora, com o jogo da demissão e recontração para reduzir salários. A classe operária, que se encontra passiva e temerosa, precisa dar um basta a mais esse ataque. E o caminho é a luta direta e coletiva.

Ceará

Mais de 206 mil empresas fecham as portas no Nordeste

O IBGE divulgou, nesta quinta (16/07), os números da pesquisa *pulso empresa*, que mede o impacto do Covid-19 no setor empresarial em todo o país. Os dados mostram que, em alguns dos mais importantes pontos analisados, o Nordeste foi a região mais castigada. Pelo menos 123 mil empresas faliram, e 83 mil encerraram suas atividades temporariamente.

A pesquisa mostra que, durante a primeira quinzena de junho, pelo menos 1,3 milhão de empresas fecharam as portas em todo o Brasil; algumas, de forma definitiva; outras, em caráter temporário. O Sudeste foi a região que mais teve encerramentos (733,3 mil); seguida do Sul (277,4 mil), Nordeste (206,5 mil), Centro-Oeste (83 mil) e Norte (26,3 mil). Quanto à situação dos funcionários, contudo, os dados mostram que o Nordeste foi a região com o maior número de demissões por empresa, no

período. Mais de 41% das empresas afirmaram ter dispensado funcionários, contra 36,2% no Sudeste; 30,2%, no Sul; 28%, no Centro-Oeste; e 27%, no Norte. O Nordeste também foi a região que apresentou maior dificuldade de acesso a insumos e fornecedores. Pelo menos 73,5% das empresas apontou dificuldades e entraves nesta questão. No Nordeste, igualmente, a maioria das empresas (61,6%) apontou que a causa do encerramento de suas atividades não se deveu à pandemia, contra 38,4% que afirmam ser o Covid-19 a razão de sua falência.

No Nordeste, a presença do capital estrangeiro é incipiente, se comparada ao Sudeste/Sul. O tamanho de suas empresas é diminuto (e são raros os grandes conglomerados), assim como a capacidade de seus capitais e a fraqueza de seu mercado consumidor, assentado numa estreita classe média. Os dados

mostram como a crise atinge de forma diferente as regiões e, segundo a lei do desenvolvimento desigual e combinado, castiga com particular ênfase aquelas que apresentam as piores contradições. No Nordeste, isso significa dizer que, não apenas as particularidades da dependência do turismo/serviços (duramente atingidos) repercutiram na retração econômica, mas, igualmente, o velho problema estrutural da incapacidade histórica de concentrar capitais e superar o atraso pré-capitalista. Crises anteriores, como as de 2015/2016, mostraram como esta região, que possuía as maiores taxas de crescimento nacional nos anos pré-crise, passava, logo em seguida, a apresentar queda do PIB, quebras, e acentuado recuo econômico. Haverá motivos para se acreditar que o quadro possa não se repetir, ainda

que de forma diferente?

A recente crise, que tem tudo para ser a mais brutal do país, quanto à destruição de forças produtivas, acentua os desequilíbrios regionais, e estes não podem ser ignorados pelos marxistas. Exatamente por isso, a resposta proletária ao problema da decomposição capitalista precisa levar em conta que, junto às reivindicações de estatização dos bancos, desconhecimento da dívida pública, ocupações de fábrica, escala móvel de trabalho, e luta contra rebaixamento salarial, será necessário erguer a bandeira de revolução proletária, expropriação da burguesia e planificação econômica, sem as quais será impossível superar as enormes disparidades regionais, assim como as demais tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado.

Rio Grande do Norte

Greve dos Rodoviários de Natal

Patrões, prefeitura, justiça e imprensa atacam o movimento

Direção do SINTRO recua e suspende greve

No dia 22 de junho, os rodoviários do sistema de transporte de Natal entraram em greve. A paralisação dos ônibus foi praticamente total. A greve ocorreu, apesar de toda a política de conciliação da burocracia sindical, e da truculência dos patrões, que ultrapassaram até mesmo os limites da desgraçada MP 936. Apesar do isolamento total da greve, praticada pelas centrais, sindicatos e esquerdas, e sem contar com uma direção revolucionária, a greve não teve força para enfrentar o ataque unificado do SETURN (sindicato patronal), prefeitura, justiça e imprensa burguesa.

Desde o início do ano, o sindicato dos rodoviários (SINTRO) tem pressionado os patrões para negociar a próxima convenção coletiva. Os patrões, desde então, se têm negado sistematicamente a negociar. Com o agravamento da crise econômica ocasionado pela pandemia, os patrões, sob o argumento de que poderiam falir com a pandemia, reduziram a frota, e ameaçaram demitir os trabalhadores. Os rodoviários, pressionados pelo patrão, com o discurso de que “todos estão no mesmo barco” e “todos têm de se sacrificar”, e sob a anuência da direção sindical, se viram impelidos a aceitar os acordos de redução de jornada com redução salarial da MP 936, em troca da promessa de manutenção dos empregos e benefícios. Além disso, tiveram férias antecipadas, e foram coagidos a aceitar o parcelamento dos salários.

Mas, a voracidade dos capitalistas não tem limites. A convenção coletiva, que venceu em 1º de maio (data base), garantia o emprego dos cobradores e outros benefícios. Mas, mesmo com a decisão judicial, que determinou a prorrogação da convenção coletiva, até que se negociasse a deste ano, os patrões simplesmente desobedeceram a decisão e, a partir do dia 02 de maio, demitiram todos os cobradores, e pararam de pagar a comissão para os motoristas, que trabalham em dupla-função. Além disso, passaram a descontar o vale-alimentação e um valor a mais no plano de saúde, o que, segundo a direção do SINTRO, contraria os termos da própria MP 936. E as demissões não se restringem só aos cobradores, mas também a uma parte

significativa dos motoristas, em que os patrões se utilizam da pandemia para realizar demissões “por força maior”, sem aviso prévio e sem pagamento de multas rescisórias. Mesmo com o SINTRO entrando na justiça e vencendo, para que a maior empresa, a Guanabara, readmitisse os cobradores, o capitalista simplesmente ignorou também essa decisão judicial.

Diante da selvageria dos capitalistas e a complacência da justiça burguesa, os mecanismos de conciliação da burocracia sindical se esgotaram, e, frente à enorme insatisfação da

Diante da selvageria dos capitalistas e a complacência da justiça burguesa, os mecanismos de conciliação da burocracia sindical se esgotaram, e, frente à enorme insatisfação da categoria, a direção do SINTRO não viu outra saída, senão a greve.

categoria, a direção do SINTRO não viu outra saída, senão a greve. Sem realizar uma assembleia geral (sob a justificativa do decreto estadual, que proibia aglomerações), mas por meio de assembleias presenciais nas garagens, o sindicato aprovou a greve. Segundo a direção do SINTRO, a greve não era por aumento salarial, mas pela manutenção dos direitos (vale-alimentação, fim do desconto indevido do plano de saúde, readmissão dos cobradores).

De segunda (22/06) a quarta (24/06), a paralisação dos ônibus foi praticamente total. A direção do SINTRO argumentava que cumpriria a Lei de Greve, e a frota de emergência de 30%, desde que os ônibus saíssem com cobradores. Como todos os cobradores de 5 das 6 empresas foram demitidos, apenas uma empresa pequena, a Cidade do Natal, saiu com 30% da frota. Esse argumento legalista da direção do SINTRO não foi suficiente para evitar que a prefeitura e patrões entrassem com ações na justiça, considerando a greve abusiva. Na quarta-feira, a primeira decisão judicial favorável aos patrões foi concedida à empresa Conceição, proibindo o SINTRO de se aproximar 500 metros da empresa, ameaçando multa, e determinando uso da força policial para garantir a saída da frota de greve de 30%. Na

mesma hora, várias viaturas da polícia cercaram a empresa para garantir a ordem judicial, evidenciando o caráter de classe burguês da justiça: quando se trata de decisões favoráveis aos trabalhadores, não cobra multa dos patrões, nem usa da força do Estado para garantir seu cumprimento, mas, quando se trata de proteger os patrões, a ação é imediata e efetiva. Frente à ameaça policial, a direção do SINTRO conseguiu deslocar a maioria dos seus diretores para a empresa e, após uma assembleia com os trabalhadores na frente da garagem, decidiu-se por não deixar sair os 30%, a menos que tenham cobradores.

Após a liminar da Conceição, entre a noite de quarta e a madrugada de quinta, as demais empresas obtiveram liminares semelhantes. Tratava-se da tática dos patrões de primeiro derrotar a greve, com o auxílio do Estado burguês, para depois negociarem. A direção do SINTRO se viu impotente para manter a paralisação nas garagens, que sempre se deu apenas por parte dos dirigentes, sem que a própria categoria fosse convocada para a frente das garagens, para fortalecer e garantir os piquetes. Portanto, a direção não trabalhou para que fosse uma greve ativa pela base, mas apenas pela ação da cúpula dirigente. Alguns episódios espontâneos, como a vinda dos trabalhadores junto à direção, no momento da presença policial na empresa Conceição, ou a saída dos trabalhadores para frente da garagem da empresa Guanabara, junto aos diretores, diante da proibição de que o sindicato pudesse entrar na empresa, apontavam que a única forma de obter a vitória seria que a própria categoria fosse para a frente das garagens e resistisse coletivamente à ação policial.

Na manhã da quinta-feira (25/06), a greve já estava praticamente desmontada. A direção recuou, não convocou a categoria a resistir e, sem que fosse realizada nenhuma assembleia geral, nem nas garagens, a direção do SINTRO anunciou que estaria levantando uma bandeira branca, para que o SETURN viesse a negociar. Negociação esta que ocorrerá numa situação totalmente desfavorável para a categoria, após o desmonte do movimento.

Regionais

Além de não contar com uma direção revolucionária, que apontasse para a resistência pela ação direta, a greve dos rodoviários se viu quase que totalmente isolada por parte das centrais, sindicatos e organizações de esquerda. O POR foi a única corrente política que esteve junto aos rodoviários nas garagens, manifestando apoio ativo. Por outro lado, todas as instituições burguesas, os patrões e a imprensa (que cotidianamente disseminava mentiras e difamações sobre a greve) estiveram totalmente unidos, para massacrar essa luta, que, longe de ser uma luta só dos rodoviários, era um importante polo de resistência, frente à selvageria da burguesia na pandemia. Uma vitória dos rodoviários serviria como exemplo para outras categorias irem à luta. Era dever de todas as organizações, que se reivindicam dos explorados, estarem ao lado dos rodoviários nessa greve. Mesmo a CUT, à qual o SINTRO é filiado, não deu nenhum sinal de vida. E do PT, partido que dirige o SINTRO, não se viu nenhuma manifestação de apoio ativo. Pelo contrário, a omissão da governadora Fátima (PT) diante do uso da polícia militar, subordinada legalmente ao seu governo estadual para reprimir o movimento, evidencia a total adaptação do PT à ditadura de classe da burguesia.

A suspensão da greve dos rodoviários por parte da direção do SINTRO resultou numa derrota para a categoria. Mas, o ânimo de luta não foi totalmente esgotado. A burocracia sindical tem cultivado expectativas na categoria nas negociações com o SETURN, que logo vão se esgotar e, com isso, abrirá a possibilidade de uma retomada da luta. O principal obstáculo se encontra na ausência de uma direção revolucionária, para transformar essa insatisfação em ação direta coletiva, fortalecendo a unidade da categoria, por meio das assembleias gerais, e levantar a bandeira da estatização sem indenização do sistema de transportes, sob controle dos trabalhadores e usuários, como forma de projetar a luta dos rodoviários para os demais explorados. Para isso, é necessária a constituição de uma fração revolucionária entre os rodoviários.

Campanha nacional de defesa dos empregos

No dia 3 de julho, o prefeito Paulo Emídio, do município de São Gonçalo do Amarante/RN, região metropolitana de Natal, por meio do decreto nº 1225/2020, rescindiu o contrato de 186 professores temporários, com a desculpa da pandemia. O contrato dos temporários se encerraria no dia 31 de dezembro. Os temporários sustentam parte do funcionamento da educação pública na cidade. É por isso que, todos os anos, a prefeitura faz o contrato com estes trabalhadores.

Além de atribuir a jornada suplementar para os professores efetivos.

Diante das demissões, os trabalhadores se mobilizaram, realizando várias marchas para exigir: fim das demissões e reintegração já.

Moção de apoio aos professores demitidos

Os sindicatos e movimentos se solidarizam com as manifestações dos professores temporários do município de São Gonçalo do Amarante/RN, e apoiam as reivindicações de fim das demissões e reintegração já. De forma alguma, aceitamos demissões e, principalmente, nas condições de uma pandemia, que atinge a maioria da população, e que tem causado grandes estragos à vida e ao trabalho.

Vimos diante do prefeito de São Gonçalo do Amarante/RN e da governadora do estado para que atendam prontamente as reivindicações dos professores demitidos.

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Rio Grande do Norte

Prefeito Paulo Emídio (PL) demite 186 professores temporários

No dia 3 de julho, o prefeito Paulo Emídio, do município de São Gonçalo do Amarante/RN, região metropolitana de Natal, por meio do decreto nº1225/2020, resolveu rescindir o contrato de 186 temporários, com a desculpa da pandemia. O contrato dos temporários se encerraria no dia 31 de dezembro. Os professores temporários sustentam parte do funcionamento da educação pública na cidade. É por isso que, todos os anos, a prefeitura faz o contrato com estes trabalhadores. Além de atribuir a jornada suplementar para os professores efetivos.

Com a rescisão dos contratos dos professores temporários, houve uma grande reação coletiva dos trabalhadores em educação, que ficaram surpresos com a atitude do prefeito, de demitir em plena pandemia. Os professores temporários e efetivos organizaram uma manifestação no dia 6 de julho, em frente à prefeitura, para entregar uma carta aberta ao prefeito.

No dia do ato, o movimento enfrentou a chuva, o vírus e o governo. Além do SINTE/RN (núcleo de São Gonçalo do A.), estiveram presentes, o POR e representantes do mandato de Sandro Pimentel (PSOL). Nas falas, o PSOL colocou o mandato do deputado estadual à disposição do movimento, e criticou o prefeito pelas demissões. A militante do POR denunciou a perseguição do prefeito contra os temporários, falou da reforma da Previdência do prefeito, e explicou que a causa das demissões estava na implantação do EaD. Disse que o EaD abre caminho para a redução de professores e turmas, assim como corte de recursos à educação. A direção do SINTE/Núcleo SGA (corrente Muda SINTE/PSTU) falou dos ataques do prefeito, e terminou com a palavra de ordem “Fora Paulo Emídio”.

No ato, foi eleita a comissão de professores para negociar a pauta: readmissão dos temporários e pagamento das horas suplementares. A guarda municipal procurou intimidar os manifestantes, que aguardavam a resposta da comissão.

Oblogueiro da rádio “São Gonçalense” filmou o ato, e convidou os temporários para dar entrevista. A rádio é da família Cavalcante, em que o pré-candidato a prefeito, que era do MDB, é agora do PSB. Foi formada a comissão de entrevista para a rádio. A militante do POR, mais dois temporários no ato. Duas TVs (Inter TV e TV universitária) receberam os vídeos do ato, que foi divulgado em todo o RN. A prefeitura se pronunciou, alegando que as demissões dos temporários foi devida ao fim de seus contratos.

Na prefeitura, foi marcada a audiência com o prefeito para o dia 15 de julho. Logo em seguida, houve uma plenária para discutir os rumos do movimento. O movimento avaliou que o prefeito estaria ganhando tempo, para enrolar a categoria. A Corrente Proletária propôs um próximo ato com caminhada, que foi questionado por uma temporária sobre o distanciamento, e a assembleia presencial, para se discutir e fazer o balanço do movimento. A direção do SINTE propôs assembleia virtual, mas, quando viu que iria ser derrotada, retirou a proposta. Passou a propor uma assembleia presencial, para o mesmo dia do próximo ato. Foram votados os encaminhamentos e aprovados, a assembleia presencial e o ato no dia nove de julho. Foi também ratificada a comissão de organização e mobilização dos temporários.

No dia nove de julho, aconteceu a assembleia, e foram aprovados os encaminhamentos propostos pela comissão. A dirigente



do SINTE também se propôs a fazer parte da comissão. Foi votado também que houvesse a assembleia depois da audiência no dia 15. A caminhada do dia nove, que era para ir à prefeitura, acabou desviando-se para a Secretaria de Educação. A comissão propôs ir até lá, para saber a posição do Secretário de Educação, que não se encontrava, mas falou por telefone que, se o prefeito lhe convidasse, estaria na audiência, e que não podia se pronunciar agora, pois, o prefeito é quem dará a posição do governo.

O ato com a caminhada chamou a atenção da população, e houve apoio em favor da readmissão dos temporários. As falas denunciavam o governo pela demissão em plena pandemia. A Corrente Proletária reafirmou que as demissões estão ligadas à implantação do EaD. Mostrou a importância da unidade dos professores, pais e estudantes, contra essa medida do prefeito.

No dia 15 de julho, foi realizado novo ato, com caminhada pelas ruas da cidade. O ato contou com faixas, bandeiras e carro de som aberto, para quem quisesse falar. O POR denunciou o número de desempregados no país, que já passa o dos empregados, colocou a unidade entre empregados e desempregados, para garantir os empregos, defendeu o salário mínimo vital, e a organização dos oprimidos, numa frente de luta nacional, estadual e local, sob a direção do proletariado, assim como a denúncia da farsa do EaD. Mostrou que a classe operária e demais explorados têm de vencer o terror da pandemia e enfrentar os governantes com seus próprios métodos de luta. A demissão dos professores temporários se soma às milhões que perderam seus postos de trabalho. Está aí a importância da unidade entre empregados e desempregados. Para isso, é fundamental exigir, das direções sindicais, a convocação de assembleias, para organizar o movimento nacional em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública.

Na audiência, o prefeito não apareceu. Mandou o Secretário de Educação e o Procurador do Município, que foi logo dizendo que não haverá reintegração. E que, se houver a nova contratação, vai ser por 180 dias, mas que ainda estão analisando. Foi questionado se garantirá a nova contratação de todos os 186 demitidos. Depois de enrolar, disse que chamaria os 100 primeiros que passaram no processo seletivo, e, dependendo do número de vagas, convocariam mais. Chegou a falar que convocaria os que ainda não foram chamados do processo seletivo (cadastro de reserva), dando a ideia de que não iria contratar mais os que foram demitidos, mas depois voltou atrás. O secretário informou que as rescisões serão pagas ainda este mês, e também que será paga a jornada suplementar dos

professores efetivos, que receberam apenas 10 dias dos dois meses que trabalharam. Sabe-se que 110 professores tiveram suspensos os contratos de jornada suplementar. Na prefeitura, os trabalhadores temporários esperaram a comissão de negociação dar o informe da audiência. Todos votaram os mesmos encaminhamentos para enfrentar o prefeito: ato na praça com a caminhada nas ruas, seguindo para a prefeitura, e buscar o resultado em audiência.

A luta dos professores temporários de SGA/RN, assim como a greve dos rodoviários de Natal, a luta dos trabalhadores da saúde,

Regionais

etc., confirmam a linha geral do POR de que, com ou sem pandemia, as massas estarão obrigadas a ir às ruas em defesa de seus empregos, direitos e proteção sanitária. Evidencia o quão danoso é o abandono por parte das centrais e partidos, que se submeteram à política burguesa do isolamento social e têm, com isso, isolado politicamente os movimentos, que despontam durante a pandemia, assim como deixado os explorados à mercê das arbitrariedades dos patrões e governos. A luta dos professores de SGA é um exemplo para os demais explorados, e têm o mérito de se manterem firmes.

Municipais/SP

Responder com organização e luta aos ataques de Bruno Covas

Bruno Covas/PSDB tem avançado na aplicação da reforma trabalhista e da lei da terceirização, intensificando ainda mais o processo de precarização do trabalho, com a implantação das empresas terceirizadas. No final de 2019, houve uma brutal redução das equipes de limpeza nas escolas, em função de uma nova normatização técnica, que passou a calcular o número de profissionais por metro quadrado, desconsiderando a situação particular de cada escola: número de alunos, turnos de funcionamento, e a faixa etária.

A consequência imediata foi a troca das empresas e/ou a renovação dos contratos de prestação de serviços, adequados às novas normas. Isso levou à demissão de várias funcionárias, e à exigência de novas atribuições, antes realizadas por equipes externas específicas, tais como a limpeza de vidros e caneletas. Serviços impossíveis de serem realizados por estas trabalhadoras, em sua imensa maioria mulheres, colocando-as em situação de maior risco de acidentes de trabalho.

Dessa forma, a drástica redução do número de funcionárias resultou, não apenas no desemprego imediato de uma

parcela, mas no subemprego para as que permaneceram nas escolas. Gerou uma sobrecarga de trabalho interno e externo. Diante das reclamações, as direções escolares começaram a fazer apontamentos de “não a contento” nos atestados mensais de prestação de serviço às empresas. Esta medida errônea fez recair sobre as trabalhadoras a responsabilidade pelo não cumprimento do cronograma extenso de limpeza interna e externa das escolas. Como consequência, aumentaram as punições, tais como corte de cesta-básica, e maior pressão dos supervisores das empresas, levando rapidamente a um quadro de adoecimentos, aumento dos afastamentos médicos e, inclusive, a acidentes de trabalho.

O Decreto nº 59.321, de abril, autorizou medidas excepcionais, no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços, em acordo com a Medida Provisória nº 936, o que causou nova redução de funcionários, e eliminação de postos de trabalho. As empresas terceirizadas puderam demitir, suspender contratos e reduzir salários. Algumas empresas ainda optaram por antecipar férias, antes de decidir por algumas dessas medidas mais drásticas. Dentre

as medidas excepcionais previstas neste Decreto, também ocorreu o corte no fornecimento dos produtos de limpeza. Vários produtos deixaram de ser fornecidos, ou passaram a ser entregues em quantidade muito menor, o que também tem causado prejuízo na realização do serviço de limpeza e higienização nas escolas. Por fim, agora, em julho, ocorreu o corte total dos salários de algumas funcionárias. Segundo as funcionárias, isso se deve ao não repasse dos recursos às empresas que prestam serviços à prefeitura. Conclusão: estas trabalhadoras ficarão sem o salário, nem sequer terão a possibilidade de solicitar o auxílio emergencial do governo federal, pois, permanecem vinculadas à empresa.

A Corrente Proletária defende o fim da terceirização. Exige que a prefeitura efetive todas as trabalhadoras terceirizadas, nas mesmas condições salariais e de direitos dos funcionários efetivos. Que o Sinpeem assuma, verdadeiramente, a luta dos terceirizados, convocando as trabalhadoras terceirizadas para uma assembleia presencial, objetivando aprovar o caminho da luta coletiva pelas reivindicações dessa camada de funcionários, tão precarizada.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Paraná**Ato em Maringá indica tendência de retomada das lutas**

As universidades estaduais do Paraná estão sob ataque cerrado do governo, ministério público e das oligarquias reacionárias do estado, ameaçadas com o corte de salários, forçando a volta dos calendários na modalidade de “ensino remoto”, chantageadas com a não contratação de professores temporários e, no final, com uma nova Lei chamada de LGU, lei geral das universidades, que avança no enxugamento do quadro docente e de funcionários, terceirizações, e liquidação da autonomia universitária.

Esse conjunto de ataques tem provocado o terror entre os docentes, e deixado os sindicatos acuados e imobilizados, ao ponto de sequer colocar em pé a campanha salarial, em que pese os salários estarem congelados há quatro anos, e as perdas acumuladas se aproximarem dos 20%.

Nesse cenário, a ato presencial, realizado no dia 15 de julho, na UEM – Maringá, indica uma tendência de ruptura com o imobilismo predominante.

O Comando Sindical Docente, instância política que reúne todos os sindicatos docentes das estaduais, discutiu esse ato, apoiou esse ato, mas, com exceção do SESDUEM/Maringá, não aderiu ao movimento, que era para ser unificado em todo o estado, devido ao receio de serem criticados por romper essa orientação imobilista. Sequer os outros DCEs, que chegaram a discutir a possibilidade de acompanhar o movimento, se somaram.

A importância do Ato de Maringá – contra a implantação do ensino remoto para retomar o calendário, pela contratação dos docentes temporários, e em defesa da autonomia universitária – é que mostra o caminho de ruptura do imobilismo e do bloqueio à luta da comunidade universitária contra o governo e a burocracia universitária.



Além disso, o ato mostrou uma via que se choca com o corporativismo, que tem limitado as lutas dentro das universidades, pois, foi organizado e realizado unificadamente por estudantes e professores, indicando a necessária unidade para arrancar as reivindicações comuns.

O ato realizado, tomado todos os cuidados sanitários, teve boa repercussão, contou com cerca de 50 participantes, e foi recebido pelo reitor. À tarde, o CEPE, que deveria deliberar sobre a volta do calendário, não deliberou, adiando a decisão para a semana seguinte. Ao mesmo tempo, já provocou a reação explícita de setores mais reacionários do professorado, se colocando abertamente a favor do EaD, situação que não se havia verificado até o momento, pois, os favoráveis a esta modalidade têm agido nas sombras.

O Comando Sindical Docente deve fazer um balanço desta manifestação para ampliar e generalizar os protestos, de modo a retomar as mobilizações e organização dos professores e da comunidade universitária, e assimilar a via da unidade com o movimento estudantil.

Municipais/SP**Somente em assembleia presencial, os trabalhadores da educação têm como responder ao protocolo de retorno às aulas**

Após o anúncio, em 24 de junho, de retorno às aulas a partir de setembro, por parte do governador de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação (SME) começou a se movimentar, a fim de dar legitimidade a determinação de Doria. No dia 9 de julho, foi divulgada uma “minuta de protocolo” de retorno às aulas, que trata das necessidades de readequação estrutural, de controle de fluxos no atendimento aos estudantes, e da organização pedagógica para o retorno às aulas presenciais. A determinação veio com ares de democrática, porque foi proposto um “diálogo” entre o secretário municipal de educação e professores, diretores, pais e alunos, por meio de videoconferências. O suposto “diálogo”, iniciado no dia 10, visa a convencer todos de que as aulas presenciais serão seguras. Diante das críticas apresentadas pelos participantes, o secretário da educação respondeu com promessas e mais promessas.

De maneira geral, as medidas previstas no protocolo esbarram nos problemas já existentes na rede, tais como a escassez no qua-

dro de pessoal e de recursos materiais. Bruno Covas/PSDB apresenta um protocolo de retorno, desconsiderando acima de tudo a existência ainda do alto índice de casos confirmados e óbitos em função do COVID-19 no Estado de São Paulo, bem como desconsidera completamente a realidade caótica que as escolas já vinham enfrentando com o quadro incompleto de recursos humanos (ATEs, professores e equipe de limpeza), assim como desconsidera a ausência de estrutura nas escolas para atender aos protocolos, mesmo estes sendo extremamente rebaixados, o que significa dizer que não garantem a proteção necessária para evitar o contágio.

Está claro que aumentarão cada vez mais as pressões para o retorno às aulas. A descrição acima mostra que professores, funcionários e alunos ficarão mais expostos, como já estão a maioria dos trabalhadores. A resposta ao decreto da prefeitura deve ser discutida e decidida em assembleia presencial, que deve ser convocada pelo sindicato.

Rondônia

Burocracia do sindicato realiza a farsa da assembleia virtual

No dia 10/07, a burocracia do Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado de Rondônia (Sintero) realizou uma assembleia virtual dos trabalhadores de educação do município de Porto Velho, do estado. Tinha o objetivo de informar que a direção está cobrando dos órgãos e governos sobre o retorno das aulas presenciais, e mostrando as dificuldades dos estudantes e professores com as aulas remotas.

O problema, no entanto, é grave. Os professores e pais estão sendo duramente atacados pelas direções, seja da Secretaria da Educação, como das escolas, a se adaptarem às aulas remotas, quando não há a mínima condição material para sua execução. Sobre os pais, recai o trabalho que era do professor em sala de aula. Querem que acompanhem as lições, e disciplinem os filhos nas tarefas diárias. E, quando o resultado não é satisfatório, são ameaçados de sanções punitivas pelos burocratas do Conselho Tutelar.

O funcionamento das aulas remotas requer dos professores dispêndio de mais energia e gastos salariais (com internet, celular, energia elétrica, etc.). Portanto, a superexploração esgota suas energias físicas e mentais, levando inúmeros ao acometimento de doenças. Há denúncias de que professores estão sendo afastados, devido a problemas psicológicos, advindos das pressões que vêm sofrendo com as tais aulas remotas. Sem dizer que foram prepara-

dos para ministrar aulas presenciais.

Existe, ainda, um outro problema, que é a cobrança do reajuste do Piso Salarial do Magistério, que seria realizado em março, retroativo a janeiro. Até o momento, a prefeitura não cumpriu, mesmo tendo orçamento disponível para isso. Quanto ao retorno das aulas presenciais, os burocratas do sindicato estão junto às secretarias, para “ajudar” a organizar o retorno às aulas. Ao invés de convocar assembleia presencial para que os trabalhadores da educação decidam coletivamente sobre o retorno às aulas, os burocratas resolveram prestar serviços ao governo.

A Corrente Proletária da Educação denuncia as assembleias virtuais, como essa, que ocorreu no Sintero. Exige que o sindicato convoque assembleia presencial para discutir a farsa das aulas remotas, os ataques do governador e prefeito, e aprove o caminho da luta direta. O poder econômico rompeu sua política de isolamento social. As demissões, desemprego e subemprego têm sido um duro golpe para os trabalhadores. Os governantes vêm impondo medidas drásticas contra os salários e aposentadorias dos servidores públicos. Estão prontos para continuar com o ensino a distância (EaD), pós-pandemia. Como se vê, não tem como os trabalhadores da educação continuarem em quarentena. É preciso ganhar as ruas, em unidade com demais explorados.

Pernambuco

No dia 8 de julho, foi realizada uma plenária presencial contra o EaD na UFPE, convocada pela Corrente Proletária na Educação, compareceram contatos e militantes da organização Mangue Vermelha (jornal Nova Democracia). Outros agrupamentos que se têm manifestado contra o EaD foram convidados, mas, seja por questões materiais, seja pela subordinação à política de isolamento social, não compareceram. O texto apresentado abaixo foi debatido e sua forma final resultou da discussão coletiva.

A constatação geral foi de que a aprovação do semestre complementar a distância era inevitável, ante a colaboração do DCE e Adufepe. O prognóstico foi de que também é inevitável que este semestre fracasse, sendo profundamente excludente e farsesco. Servirá, porém, como alavanca para a expansão do EaD no ensino superior presencial público.

No dia 10 de julho, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPE aprovou a resolução do semestre complementar. Pouca coisa mudou, em relação à minuta, por exemplo, foi permitido que as aulas

síncronas correspondessem de 10% a 70% da carga horária. O anúncio de condições de acesso ainda é apenas uma promessa, amparada na oferta do MEC.

O PCB/UJC, que integra o DCE (junto com PSOL, PCR-UP e PT), tentou limpar sua barra, e fez uma plenária virtual do Movimento Universidade Popular (MUP) no dia 9 de julho, com o título “Não ao Ensino remoto”, apenas para encenar uma diferenciação.

A Corrente Proletária na Educação compõe a gestão do Diretório Acadêmico de Serviço Social, junto com PCB e PSOL. Teve de enfrentar muitas pressões para que o D.A. não fosse arrastado para a posição do DCE. Defendeu a realização das assembleias presenciais, mas não conseguiu a adesão dos demais. O departamento de serviço social também rejeitou a proposta de semestre complementar via EaD, emitiu duas notas de análise e denúncia das movimentações da reitoria. Os outros cursos foram arrastados. Uma nova plenária aberta presencial foi marcada para dar continuidade à organização da luta contra o EaD.

Contra a volta às aulas via EaD na UFPE

No dia 7 de Julho, a administração da UFPE divulgou um projeto de resolução para regulamentar o “Calendário Acadêmico Suplementar”, mediante “Estudos Continuados Emergenciais (ECE)”. A proposta baseia-se no estado de emergência pública decorrente da pandemia, nas regulamentações do Estado brasileiro sobre o enfrentamento ao Covid-19, e sobre o Ensino a Distância (EaD). Sendo assim, possibilita a realização de “atividades acadêmicas não presenciais, mediadas por tecnologias digitais” e o mapeamento da “vulnerabilidade” na comunidade universitária para garantir a “inclusão digital”.

A resolução permite uma flexibilização total do EaD para dis-

ciplinas teóricas, teórico-práticas, práticas, estágios e aulas de laboratório. A única exceção é dada ao curso de Medicina, com permissão apenas às disciplinas teórico-cognitivas, e internato, por conta da restrição do próprio MEC na Portaria 544/2020.

A oferta do ECE, em vez de ocorrer em 15 semanas, se dará em 12, incluídos os sábados. As atividades síncronas, em que estudantes e docentes estão conectados ao mesmo tempo, devem corresponder 10% a 40% da carga horária da disciplina. A resolução exige que todas ações sejam registradas e arquivadas para futura comprovação, por isso o professor, ao ofertar a atividade, já deve assinar um termo de cessão do direito de uso de imagem, ao

mesmo tempo em que se responsabiliza em preservar a imagem dos discentes.

A elaboração dos materiais de estudo fica a cargo do docente, “sem ônus para a UFPE”, e o docente é exclusivamente responsável por requerer autorização prévia para o uso de outros materiais. O docente pode, a qualquer momento, cancelar a oferta do componente em curso, assim como o estudante pode cancelar a matrícula, sem registro em seu histórico.

Quanto ao estudante, a proposta de resolução explicita que “Ao solicitar a matrícula, o/a estudante assume que dispõe de recursos tecnológicos e dos materiais necessários para a sua realização”. Complementado com “Caso não possua condições de acesso satisfatório à rede de computadores, o/a estudante encaminhará à pró-Reitoria de Assuntos Estudantis solicitação de inclusão no Programa de Inserção Digital”. Ou seja, não há garantia de atendimento à solicitação, e o matriculado deve responsabilizar-se pelas condições de acesso. Para os estudantes monitores, a exigência é puramente que garantam as condições, sem possibilidade de acessar o Programa de Inserção Digital.

A reitoria busca premiar os docentes que ofertarem componentes com pontuação extra para progressão ou promoção, pontuação extra em editais da UFPE, e antecipação de carga horária de ensino em semestre letivo regular, em 60 horas por semestre. A administração propõe dois calendários, com início das aulas em 10 de agosto, ou 17 de agosto.

Esta proposta será submetida a um Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) virtual, no dia 10 de julho. Ainda que haja uma distância de menos de três dias entre a minuta e a reunião do CEPE, não há dúvidas de que será aprovada, podendo haver apenas alterações apenas em seu conteúdo. Na realidade, antes de ser aprovada, a proposta já está sendo operacionalizada. O temor causado pela pandemia, a cumplicidade da direção da Adufepe e do DCE com a pseudoparticipação das reuniões virtuais com a reitoria, e a pressão da administração para que os cursos indicassem a adesão e planejassem o retorno antes da apresentação e aprovação da resolução, preparam o terreno para a rápida aprovação e implementação.

Virada da posição da reitoria?

A posição inicial da reitoria, na *Nota sobre a suspensão de atividades acadêmicas nas modalidades presencial e a distancia*, de 24 de março de 2020, foi de recusa à substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. Considerou que 35% do corpo discente era oriundo de famílias de baixa renda (até 1,5 salários mínimos per capita), que tal substituição não garantiria a isonomia nas “condições de permanência dos estudantes durante as aulas e demais atividades formativas”; que tal medida quebraria o calendário unificado da instituição. Estes argumentos, agora, foram relativizados. E a defesa da implantação do EaD como única alternativa serviu para sustentar uma proposta que nitidamente quebra a isonomia no acesso à Educação, e levará a um calendário escolar anômalo. A recusa da reitoria nunca foi pelo projeto de destruição e mercantilização da Educação pública, do qual o EaD é parte. Foi apenas conjuntural, por um mecanismo de autoproteção burocrática perante os órgãos externos de controle.

Inclusão Digital

É evidente que as desigualdades socioeconômicas são uma barreira intransponível para que amplos setores da comunidade universitária tenham acesso às atividades virtuais. O que está sendo agravado, na conjuntura atual, em que o número de desempregados ultrapassou o de empregados no Brasil, em que a precariedade e informalidade se ampliam, e o acesso aos serviços públicos torna-se mais restrito.

É evidente que as desigualdades socioeconômicas são uma barreira intransponível para que amplos setores da comunidade universitária tenham acesso às atividades virtuais.

Há um problema, porém, em se apoiar exclusivamente na crítica à falta de condições do acesso à internet. As dificuldades materiais não se restringem a ter um pacote de dados, computador ou celular. 1) Para os que têm acesso, em geral, o serviço de internet e equipamentos são de baixa qualidade, insuficientes para as exigências das atividades virtuais; 2) As condições de habitação de grande parcela da comunidade é inadequada para o estudo, seja pela vizinhança, seja pelo compartilhamento dos cômodos; 3) As medidas de isolamento social ampliaram as demandas de trabalho doméstico, sobretudo para mulheres.

A oferta de pacotes de internet não é incompatível com as necessidades do capital monopolista. Não por acaso, o MEC anunciou, em 1º de julho, que “vai fornecer internet a alunos de baixa renda de instituições federais”, a medida atenderia inicialmente 400 mil estudantes, em sites definidos pelas instituições de ensino.

É sempre bom alertar que, entre a promessa e a realidade, há grandes distâncias. Um exemplo: das despesas emergenciais aprovadas para a saúde, sob a pandemia, até 17 de junho, apenas 28% havia sido executado. A proposta do MEC não tem ainda nada material. Mas, por coincidir com os interesses das corporações das telecomunicações, e à implantação dos planos do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional para a Educação, pode ser que a promessa se materialize. Uma proposta ultrafocalizada, inicialmente para estudantes oriundos de famílias com renda de meio salário mínimo per capita (um terço do teto da renda familiar dos cotistas), que servirá para dar um verniz democrático e inclusivo para uma proposta privatista e excludente.

A reitoria propõe a inclusão com base nesta oferta do MEC, e de um programa próprio de aluguel de equipamentos.

A ação de entidades, que se restringem a negociar ampliação das medidas de “Inclusão Digital”, mostra uma total capitulação perante o plano privatista e destruidor da Educação. Desconsidera os problemas econômicos, políticos e pedagógicos que acompanham o EaD. A direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Diretório Central dos Estudantes (DCE) conflui com os planos do Banco Mundial, governo e reitorias. Aceita o ensino remoto (forma improvisada de EaD) e negocia a ampliação das bolsas.

Uma proposta anticientífica

O sistema capitalista não vive mais, há muito tempo, sua fase de avanços científicos. Está em sua fase mais decadente e destrutiva. Marcha cada vez mais para a barbárie social. A própria pandemia mostra que todo conhecimento acumulado pela humanidade não é usado para uma relação consciente com a natureza, mas sim

para formas predatórias, que tornarão as pandemias mais uma das mazelas frequentes.

Assim como a burguesia não pôde sustentar uma posição científica ante a pandemia, não oferece uma resposta científica ao problema da educação na conjuntura atual. A medida sanitária do isolamento social, necessária ao bloqueio do contágio pelo coronavírus, foi adaptada aos interesses do Capital. Aplicada para uns, como o setor da educação, enquanto outros (entregadores, informais, rodoviários, operários de alguns ramos, proletariado rural e camponeses) continuaram trabalhando, expostos ao vírus. Os que não serviam à busca de lucratividade, no momento, foram jogados ao Deus dará, tendo de se aglomerar em busca de medidas assistenciais.

A substituição do ensino presencial para o online trouxe problemas para as Instituições privadas de ensino, os estudantes que não evadiram, passaram a cobrar redução de mensalidades, afinal o EaD, conhecido por ser de qualidade inferior, tem um custo mais baixo. As empresas passaram a se socorrer de uma distinção entre EaD e Remoto Emergencial, uma “virtualização do ensino presencial”. A distinção do termo surgiu dos formuladores do Design Instrucional e educação tecnológica, para que a baixíssima qualidade do ensino a distância improvisado na pandemia não aumentasse o estigma de baixa qualidade do EaD. As reitorias, como a da UFPE, sem explicitar os seus fundamentos teóricos, passaram a incorporar esta distinção, com a finalidade de quebrar resistências legais e políticas à implantação do EaD. Ante o questionamento sobre a inconsistência da distinção remoto/EaD, em sua resolução usou outros sinônimos.

Assim como a burguesia não pôde sustentar uma posição científica ante a pandemia, não oferece uma resposta científica ao problema da educação na conjuntura atual.

Questionário da reitoria: verniz de participação

O uso dos questionários para avaliar as condições de implantação do ensino digital também não se deu de forma científica, como diagnóstico, em que os dados empíricos serviriam à reflexão necessária à decisão sobre a implantação do EaD. A decisão já estava tomada, tanto é que, independentemente dos resultados, ainda não divulgados amplamente, a reitoria propõe o retorno não presencial. A forma da individualização das questões é profundamente despolitizante. “Você pode? Você tem? Você consegue?”. Nenhuma reflexão sobre os impactos de tal decisão para o futuro da Educação no país. Foi mais um mecanismo para dar aparência de participação da comunidade.

Feitas estas ressalvas, vejamos o quadro que este questionário trouxe em um dos cursos da UFPE, a título de exemplo. O curso de Serviço Social possui 451 estudantes, dos quais 49,6% ingressaram mediante cotas. Dentre os cotistas, 40% são de baixa renda. Apenas 45% (203 estudantes) responderam ao questionário da reitoria, dos quais 82 (18% do curso) manifestaram interesse em participar de aulas remotas. Destes, ao serem perguntados sobre suas condições de saúde (física, psicológica e emocional) para acompanhar atividades remotas, 31 avaliaram não estar em condições. Dos 51 que querem e afirmam ter condições de saúde, 22 compartilham seus equipamentos com a família, 10 avaliam que a internet disponível é regular ou ruim; 38 afirmam que nunca

vivenciaram a experiência de uso de aulas ou atividades remotas antes na UFPE; 45 possuem responsabilidades com afazeres domésticos (variando o grau de demandas); 6 possuem filhos que necessitam de cuidados e/ou acompanhamentos escolares; 12 trabalham. Por fim, somente dois são do último período. O que é importante destacar, considerando que muitos se apoiam nos formandos para justificar a oferta.

Flexibilização total do EaD e o “novo normal” híbrido

O que estamos vivendo na educação é o mesmo processo que os trabalhadores assalariados vivem no país. Vínhamos de uma profunda derrota, com a aprovação da Reforma trabalhista de Temer. Mas, com a pandemia, este quadro foi agravado ao extremo, com a flexibilização ainda maior da legislação trabalhista, permitindo a redução de salários em até 70%, e outras perdas de direitos. Na Educação, o EaD vem se ampliando desde a aprovação da LDB, em 1996, sob o governo abertamente neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Sob o governo Lula, se expandiu junto com a desnacionalização e mercantilização da Educação, e adentrou as instituições públicas, com a criação da Universidade Aberta do Brasil. Com Temer, o EaD rompeu mais fronteiras: abriu a Educação básica para a modalidade, com a reforma do Ensino Médio, e flexibilizou as exigências legais, com o Decreto 9.057/2017. Bolsonaro abriu a pós-graduação *stricto sensu* ao EaD, com a portaria 90/2019 da CAPES, e, com a Portaria 2.117/2019 do MEC, permitiu até 40% de EaD em graduações presenciais. Assim como no caso da reforma trabalhista, toda essa destruição não foi suficiente. Sob a pandemia, houve uma flexibilização radical da legislação do EaD. Em 2019, o número de vagas de ensino superior via EaD já superou as vagas presenciais. O próximo censo da educação provavelmente mostrará a superação das matrículas via EaD em relação às presenciais. A resposta dos governos à pandemia permitiu que a proposta de Bolsonaro de inserir o EaD até na educação infantil se tornasse realidade.

Todos sabemos que estas medidas não ficarão apenas no período da pandemia. A reitoria já indica que novos semestres como este podem ser ofertados. As corporações que fornecem plataformas de conectividade, conteúdos e outras soluções tecnológicas já esfregam as mãos, com as possibilidades abertas pela crise pandêmica. Notem que o contrato de locação de equipamentos planejado pela reitoria terá a duração de três anos. Importante alertar também que ainda vivemos sob o novo regime fiscal estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016, e que a combinação da crise econômica com a pandemia mergulhou o país em uma recessão. É evidente que o governo aproveitará o uso “emergencial” do EaD para prolongá-lo ao máximo, economizar gastos com o teletrabalho, e quebrar toda fronteira entre presencial e à distância nos períodos seguintes. Este é o “novo normal” planejado pelo grande capital.

Os usos políticos e comerciais dos dados

Foi parte da preparação da implantação do EaD a migração das contas dos docentes, por parte da reitoria, para a plataforma *Google Suite for Education*. O envolvimento destas grandes corporações conhecidas pelo uso dos dados de usuários para diversas finalidades deveria ter provocado uma forte resposta da comunidade universitária. A coleta de dados sobre a comunidade acadêmica, projetos de pesquisa e vários outros conteúdos certamente será monetarizado por estas corporações. Já são conhecidos o uso da análise de dados em larga escala para influenciar processos eleitorais. Para ilustrar,

daremos um exemplo do que vem ocorrendo na Educação básica. As redes estaduais de São Paulo, Paraná, Amazonas e Pará contrataram os serviços da empresa IP.TV que, além de ofertar um serviço de baixa qualidade técnica, é ligado a políticos bolsonaristas e a um acusado de participar de uma rede de prostituição de menores de idade. Os dados de mais de 7 milhões de estudantes e professores foram entregues a esta empresa. Grandes corporações, como a Google, sediada nos Estados Unidos, podem não compartilhar estes detalhes sórdidos, porém, podem usar essa massa de dados para desenvolver mais soluções educacionais, que se basearão na expropriação do conhecimento e fazer profissional de docentes. Não podemos ter nenhuma confiança com estas corporações.

E, voltando ao bolsonarismo, vale lembrar que a medida prevista no projeto de Escola Sem Partido que mais despertou a indignação das comunidades escolares e universitárias era a gravação das aulas. Com o EaD, a gravação é um ponto de partida. Seu ponto final, os usos políticos e repressivos, estará em aberto.

Condições de Trabalho

Bem nos moldes das recomendações do Banco Mundial para os sistemas de ensino, a proposta da reitoria aposta no mecanismo de gratificações e punições. As punições ainda não encontram respaldo legal para serem impostas, mas já sabemos dos planos de reforma administrativa de Guedes/Bolsonaro. E os debates em torno da nova resolução de esforço docente revelaram, no interior da burocracia universitária, a intenção de implantar uma gestão por quartil. A Proacad já tem avisado, quase como ameaça, que quem se recusar a ofertar os “Estudos Continuados Emergenciais”, depois terá de se responsabilizar pelas turmas cheias no retorno. Como se, ao oferecer a saída virtual, o Estado e a reitoria se desresponsabilizassem por preparar as condições de biossegurança para o retorno presencial. O que a reitoria tem feito neste sentido? Quais as adaptações em termos de ventilação, menor número de estudantes por turma, mais contratação de docentes, garantia de infraestrutura, estão sendo feitas? A resolução indica um aumento do esforço docente, a realização de novas funções de elaboração de conteúdos de EaD. E, certamente adaptará o trabalho dos técnicos dentro desta nova atuação.

E a aprendizagem?

Os planos do capital para a educação, enunciado nos documentos do Banco Mundial e UNESCO, para citar alguns, costumam revestir o privatismo e o esvaziamento total da educação, sob a ideia de flexibilização para melhor atender a uma realidade em constante modificação. A falta de perspectiva de que grande parcela da juventude encontre emprego fundamenta a proposta da substituição de conteúdos por habilidades e competências, o “aprender a aprender”. O fracasso escolar é atribuído aos professores, desatualizados, e aos próprios jovens, que devem aprender a administrar seu percurso formativo, traçar seu plano de vida, e investir em sua empregabilidade. Este discurso ecoa na proposta da reitoria, que reveste sua proposta de um teor modernizador.

As críticas ao ensino atual, por parte da pedagogia tecnicista, oculta as causas desta crise, e aprofundará suas manifestações. O ensino sem sentido, decorativo e desvinculado da realidade – em vez de ser explicado pela separação entre a teoria e prática que acompanha o modo de produção capitalista, agravada pelo bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas, na fase mo-

nopolista, que baseia a regressividade na técnica e na ciência – é apontado como pretexto para as contrarreformas. O objetivo é a formação aligeirada, as certificações em massa, e a abertura de novos campos para a valorização do capital.

A separação entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento é radicalizada. A educação é mais esvaziada de conteúdo e sentido. A proposta da reitoria é um retrato fiel disso. Pouco importa se haverá aprendizado, flexibilizem todas as avaliações, o importante é ter uma aparência de retorno à normalidade. O importante é burocraticamente manter a esteira rolante da fábrica de diplomas operando.

Retomar a luta

As entidades nacionais da educação não ergueram uma campanha nacional contra o EaD. A direção do ANDES-SN emitiu algumas notas contra o “arremedo de EaD”, mas sem uma campanha nacional e os métodos de luta necessários, foi só uma declaração de posição, inclusive meio escondida em suas publicações. A UNE (PCdoB, PT, LPJ), já adaptada ao EaD sob os governos do PT, traçou uma política de adaptação ao privatismo de Bolsonaro, com a reivindicação de melhor uso e regulação e #InternetPraGeral.

No plano local, o DCE (PCB, PSOL, UP e PT) se apegou apenas ao problema da garantia da Inclusão Digital, acabou sendo conivente com a implantação do EaD, e negocia medidas assistenciais. A Adufepe (PCdoB) colaborou com a reitoria, enquanto assinava notas ambíguas e inócuas com outras entidades, com críticas ao EaD. Agora, afirma que fará uma consulta online aos docentes. As direções do DCE e Adufepe também devem ser responsabilizadas por esta medida, profundamente danosa à Educação. Alinharam-se à reitoria, não ergueram um movimento contra o EaD, acabaram na vala comum dos planos de Bolsonaro e do imperialismo para expansão do EaD.

Qualquer decisão sobre o retorno às aulas (virtual ou presencial) deveria ser precedida de assembleias presenciais das categorias e geral (universitária). Não será possível barrar o projeto de destruição da educação, agravado pelo envio do Future-se ao Congresso Nacional, simplesmente ficando em casa, e esperando o dia em que todos estejam vacinados. Os levantes antirracistas no mundo mostram que as contradições da crise econômica e sanitária empurram as massas à luta.

Teremos sim que pensar como garantir as medidas sanitárias ao nosso alcance para realizar as assembleias, mas não podemos abrir mão deste instrumento de luta. As assembleias virtuais, plebiscitos e atos virtuais são verdadeiras farsas. No meio operário, as assembleias virtuais só serviram para legitimar a redução de salários e demissões. Uma assembleia real pressupõe debate democrático e, principalmente, compromisso dos presentes em materializar as decisões. As assembleias virtuais só decidem ações virtuais, inócuas para impedir os planos da burguesia e seu Estado.

A impotência abre caminho para o mantra neoliberal que diz “não há alternativas”. Sob esta orientação, os movimentos apenas tentarão pressionar por melhorias dentro de um plano destruidor da Educação, do funcionalismo e da juventude. Para enfrentar tamanha ofensiva, somente com os métodos da luta de classes, por meio da formação de comitês de luta, por meio da ação direta, rompendo todo corporativismo, e buscando a unidade com os demais trabalhadores e juventude oprimida, que estão arcando com todo peso da crise econômica e pandêmica.

Paraná

ORGANIZAR O MOVIMENTO ESTUDANTIL CONTRA O EAD NA UEL

Tramita nos centros e departamentos da UEL, uma proposta de resolução, a ser aprovada pelo CEPE, regulamentando as “atividades não presenciais” a pretexto da pandemia.

Aproveitando-se da crise sanitária e da política de isolamento, que dispersa e bloqueia manifestações políticas da comunidade universitária, os grupos privatistas incrustados na burocracia universitária e interessados há muito em implantar o Ensino a Distância – EaD – na UEL, avançam para ganhar terreno e firmar posições.

Enfeitando com frases humanitárias e supostas preocupações pedagógicas, alguns escondem, na verdade, um puro oportunismo; outros, a sua covardia – e adotam a linha de menor resistência, dobrando-se às pressões que vêm do governo e da reitoria.

A pandemia expõe de modo brutal a incapacidade da burguesia e seu regime – o capitalismo – de dar respostas aos problemas das massas, e utilizar a ciência em favor da humanidade, pois, o conhecimento científico só é mobilizado quando dá lucro, e, pressionado pela mortandade, só consegue reagir aprofundando a exploração dos trabalhadores, jogando milhares no desemprego, reduzindo salários, e forçando a sua volta ao trabalho sem condições de segurança para a sua saúde.

Os dados mostram a que ponto a mortandade afeta principalmente os trabalhadores e, dentre estes, os mais pobres, que não têm condições de se isolar.

A crise econômica, que é anterior à pandemia, foi aprofundada por ela, e está potenciando todas as tendências destrutivas do capitalismo. A única forma que o capitalismo conhece para enfrentar a crise é a destruição de forças produtivas.

Como parte dessas tendências, o capitalismo avança na destruição da escola, da universidade e da ciência. O EaD – a proposta da Câmara de Graduação é uma EaD envergonhada – é um meio de destruir a escola, é a proposta de um ensino sem professores, sem a relação entre os estudantes entre si, sem as interações humanas, intelectuais e políticas.

Dentro da universidade, existem grupos que trabalham há mais de vinte anos para implantar o EaD. São os mesmos que comandam a privatização interna, a venda de serviços, as parcerias com o capital, os cursos pagos, etc., e conspiram contra o caráter público da universidade.

Trata-se de uma tendência que se manifesta em todas as universidades. No Paraná, a primeira a implantar curso em EaD foi a UEPG, mas já há outras universidades que também ofertam cursos de graduação a distância, e até na UEL já está bem avançada a oferta de disciplinas em vários cursos nessa modalidade.

É uma manifestação da crise capitalista, quer dizer, do bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas. Diante da incapacidade de ampliar significativamente a reprodução ampliada do capital, os governos dão seu auxílio aos capitalistas por meio da mercantilização dos serviços sociais (entre eles, a educação), criando mecanismos de valorização artificial do capital. O principal meio para isso é a privatização, mas há outras formas, como as chamadas parcerias, e o próprio EaD, inclusive dentro das universidades públicas.

Por isso, o combate ao EaD e às suas formas rebaixadas implica uma luta política mais ampla, implica adotar a perspectiva do proletariado, do socialismo, pois, sob o capitalismo, não existe a possibilidade do pleno desenvolvimento das potencialidades e talentos da juventude. Sob o capitalismo, a juventude está condenada a degradar suas condições de vida e rebaixar a sua formação profissional.

Para enfrentar o EaD de modo consequente, é preciso ultrapassar a crítica às mazelas que provocará, à embromação que serão as “atividades remotas”. É preciso se colocar pela superação do regime capitalista, defender o socialismo e a necessária via para se chegar ao socialismo, que é a revolução proletária.

Chamamos o DCE e os Centros Acadêmicos a organizar a luta contra a implantação do EaD na UEL!

ENEM em janeiro: mais uma imposição autoritária

Iludiu-se quem achou que o MEC respeitaria os apelos inofensivos das entidades estudantis e a opinião dos estudantes sobre a nova data para realização do ENEM.

UNE e UBES comemoraram, como “vitória dos estudantes”, a decisão de adiamento do exame, anunciada em 20 de maio, sem questionarem sobre a própria natureza antidemocrática do vestibular, um processo de exclusão da maioria pobre do ensino superior. Limitaram-se a dizer que adiar o ENEM era necessário para “diminuir o abismo entre as classes sociais no Brasil”, e que significa ter sensibilidade para o momento. Como se o adiamento fosse resolver o fato de 3 a cada 4 inscritos não terem sequer internet em casa para estudar (dados do próprio INEP/2019). Ou como se bastasse e fosse possível reduzir o abismo, que sempre existiu, independente da pandemia, e só vem aprofundando-se, diante da crise econômica.

Para piorar, o INEP promoveu em junho uma enquête em que os inscritos escolheriam fazer as provas em dezembro, janeiro ou maio. O ex-ministro Abraham Weintraub chegou a declarar que se tratava de uma forma democrática de decidir sobre a prova, mas tudo não passou de um embuste. O MEC ignorou o resultado,

onde a maioria dos 19% de estudantes, que conseguiram votar, escolheram: maio/2021; e determinou que o exame será em janeiro, justificou que a data escolhida seria inviável, por atrasar o calendário das universidades (certamente, dos cursinhos, por consequência). A decisão autoritária escancarou assim a farsa, evidenciando que a decisão não é pautada pela necessidade dos estudantes, mas sim pela necessidade dos capitalistas da educação.

Ao se mostrarem surpresas nas redes sociais, pelo fato do MEC ter ignorado a consulta, as entidades estudantis mostram sua impotência política. Afinal, o que esperavam deste governo? As campanhas passivas, individualistas (virtuais), distracionistas só têm como resultado a derrota.

O Enem, como mais um vestibular, é antidemocrático de todas as formas e em qualquer data. Funciona como instrumento regulador de quem deve seguir os estudos e quem deve ficar de fora: via de regra, os pobres e miseráveis. Ainda assim é preciso deixar claro que a consulta popular deve ser respeitada. Abaixo o autoritarismo do MEC! Que se mantenha a data escolhida pelos estudantes.

Que as entidades e os grêmios estudantis abandonem a conciliação, convoquem as assembleias, elaborem uma plataforma de

reivindicações e organizem a luta com o método da ação direta. As reivindicações devem partir das mais imediatas, como a manutenção da data escolhida na consulta e o rechaço ao ensino a distância, mas deve elevar-se aos problemas estratégicos da juventude: a defesa da educação pública, o fim do vestibular e o acesso

universal da juventude ao ensino superior! Abaixo o ensino privado, expropriação sem indenização de toda rede privada de ensino, sob o controle dos que estudam e trabalham! Emprego e salário para todos os jovens! Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora da produção social.

USP

Farsa das eleições para RD e subordinação da direção do DCE da USP

No dia 7 de julho, ocorreram as eleições, virtualmente, para os Representantes Discentes aos Conselhos Centrais e ao Conselho Universitário. Nela, concorreram três chapas: uma lançada pelo DCE, com a composição dada pelas últimas eleições à direção desse mesmo DCE; outra, lançada por um grupo autointitulado de independentes, mas que é de direita, e próximo à reitoria, e outra de estudantes de São Carlos. Assim, de antemão, a eleição jamais seria expressão daquela realizada pelo movimento estudantil, pois, contará com pelo menos uma chapa estranha a ele. Ao todo, foram eleitos 22 representantes e seus respectivos suplentes. Todas as vagas titulares foram conquistadas pela chapa de unidade do DCE, e todas as suplências, pela direita.

Essa eleição, pela sua forma, foi uma farsa, e, pelo seu conteúdo, expressou a subordinação da atual direção do DCE à reitoria, resultado de sua política democratizante para a universidade, esta mesma que se desfaz em privatismo e corrupção, sob o controle de uma burocracia carcomida. A eleição pela internet praticamente impede quaisquer traços de uma disputa democrática. Os critérios de inscrição são fixados pela reitoria – por exemplo, quem não foi aprovado em 12 créditos não pode concorrer, mesmo que tenha sido eleito pelo movimento estudantil. É a reitoria quem recebe e aprova ou não as inscrições. Não existe debate das chapas com os estudantes ao redor de programas e propostas. Não existe fiscalização, o que permite manobras escusas pela reitoria. Não há debate e campanha efetiva entre a base dos estudantes. A eleição virtual da reitoria descaracteriza e torna ilegítima a representação discente, enquanto expressão do movimento ativo dos estudantes. Para piorar, a participação da chapa de unidade do DCE ainda fomenta a ilusão na possibilidade de interferência nos órgãos colegiados burocráticos e antidemocráticos, quando estes são controlados esmagadoramente por representantes diretos e indiretos da própria reitoria. E, por fim, ocorre em meio à pandemia (fechamento da USP), e aos milhares de mortos pelo Coronavírus.

Pela análise dos dados numéricos finais, pode-se afirmar que a participação estudantil foi baixa, contando com 4.453 votos, correspondendo à redução de 37,3%, comparado ao número de votos na mais recente eleição para o DCE, que, por sua vez, já representou uma das menores votações nos últimos anos. Expressa a conquista de todos os cargos titulares para as forças reformistas, atuantes na universidade, sobretudo PT e PSOL. No entanto, trata-se de um predomínio político frágil, na medida em que, não apenas o quórum foi baixo, mas também por que a direita, por pouco mais de 600 votos, não conseguiu uma vaga titular para o Conselho Universitário, o que indica o seu fortalecimento nos colegiados da universidade. Para o movimento, a ascensão da direita nos organismos de poder, resulta em maior desconhecimento das tramas e tratativas da casta burocrática, e por isso, menor capacidade de antecipação nas respostas aos ataques privatistas da reitoria. Com isso, a subordinação do DCE à casta burocrática, além de avalizar o processo antidemocrático, também favorece a

direita, quando sua participação deveria ser rechaçada. Esse fato, mais uma vez, endossa a farsa da política do PT em 2108, de resistência ao “fascismo”, na disputa Bolsonaro e Haddad.

A eleição de RDs pelo movimento em suas instâncias próprias foi uma conquista da greve de 2000. Durante a ditadura militar, houve boicote estudantil aos colegiados criados pela ditadura. A partir de 1993, o M.E. passou a atuar em seu interior, inicialmente sob uma política de denúncia e como tribuna para as instâncias do movimento. Em 2016, a reitoria impôs as eleições novamente sob seu controle, retrocedendo o processo independente de escolha dos representantes discentes. A então direção do DCE, gestão do PSOL, acatou a ingerência sem luta, e participou da eleição da reitoria, lançando chapa, na qual repetia o resultado da eleição ao DCE, como se essa eleição fosse mera formalidade do que ocorria na eleição do M.E. Com isso, capitulou à burocracia universitária, que passou a ter total controle sobre o processo, consequentemente, passando por seu crivo os estudantes que fizeram, e farão, parte dos colegiados, favorecendo àqueles mais suscetíveis ao que se passou a chamar de “diálogo” com a burocracia, ou mesmo alinhados à sua política privatista, e suficientemente corruptível e manipulável, ao ponto de encobrir as atrocidades cometidas pela burocracia, como os supersalários e o dispêndio de milhões em gastos superfaturados e de origem e necessidades duvidosas.

A forma virtual aprofunda ainda mais a atual distância entre as direções e os representantes da base dos estudantes. A ausência de debate e das campanhas presenciais inviabiliza a exposição e a prova dos diferentes programas das chapas, ao crivo do conjunto do movimento. A participação estudantil se restringe à mera formalidade, com base nas relações pessoais, entre os candidatos e um pequeno nicho de estudantes, apoiadores dos partidos e correntes que disputam as eleições do DCE. A disputa de ideias, de concepção de universidade, de defesa do ensino público, dá vez à disputa burocrática de um lugar nos colegiados de poder da universidade. Aos estudantes, se apresenta a fraude de que é possível interferir nas decisões dos colegiados burocráticos e autoritários em favor dos estudantes. Assim como se apresentam as eleições para as instituições do Estado burguês como meios de se transformar a cruel realidade que o capitalismo em decomposição impõe às massas oprimidas.

Essa eleição virtual não tem nenhuma consequência efetiva para o movimento estudantil, que tem de enfrentar a burocracia com mobilização. A não ser, a alimentação de ilusões e da fraude de que possa existir alguma democracia em organismos criados para expressar a ditadura da minoria, da casta privilegiada de professores que controla de fato a universidade, a serviço do governo e dos capitalistas. Prova disso é a composição do Conselho Universitário, controlado em 45% diretamente pela reitoria, e mais 45% indiretamente (indicação dos diretores/congregações), fora as cadeiras cativas destinadas diretamente aos representantes do poder econômico, como a FIESP e a FECOMÉRCIO. É insignificante

o poder de decisão dos estudantes, assim como dos funcionários. A participação nos organismos burocráticos só tem sentido como meio de denúncia e como tribuna do Movimento. Caso contrário, só serve ao conchavo. Esse método de eleição descaracteriza o papel do representante dos estudantes. Sem o processo eleitoral de base, sem o movimento ativo, organizado em sua assembleia, esses representantes distorcem e descumprem a função de porta voz coletivo do movimento, dando voz a interesses particulares. Em momentos de agudização da luta dentro da universidade, esses representantes são utilizados como meio de efetivar a conciliação com a burocracia autoritária, como meio de desmobilização.

A estrutura de poder na USP é profundamente antidemocrática, a mais dentre todas as universidades públicas do país. Políticas democratizantes, como as das correntes reformistas, que defendem maior participação nos colegiados, não alterará seu caráter antidemocrático e autoritário, na medida em que tais características expressam a constituição de classe do ensino superior. Uma estrutura de poder, verdadeiramente democrática, será resultado da luta por derrubar o reitorado e seus organismos burocráticos empoeirados, e erguer o Governo Tripartite, eleito diretamente e com mandato revogável, subordinado à Assembleia Geral Universitária.

Por fim, chama a atenção a omissão e o desprezo dessas correntes pelos mais de 70 mil mortos pelo Covid-19, quando se submetem ao calendário imposto pela reitoria para as eleições dos RDs, ao invés de mobilizar o conjunto dos estudantes a resistir aos ataques dos governos, que sacrificam a vida da maioria oprimida. Governos que protegem o grande capital. Que submetem ainda mais o país ao imperialismo. Governos que desprezam a gravidade e letalidade do novo vírus aos miseráveis, assim como aprovaram medidas de ataques ao trabalho, permitindo a redução salarial e as demissões, assim como mais privatizações.

Paraná

Relato da decisão do “Fora Bolsonaro” pelo sindicato Sindiprol/Aduel

No início de junho, iniciou-se o movimento por parte da direção do sindicato para pautar o Fora Bolsonaro. Por isso, na primeira reunião em que foi debatido este assunto, apresentamos uma proposta que se opunha a essa política. Nessa reunião, fizeram-se apenas observações de que faltariam referências à ciência e à universidade, nenhuma que reivindicasse o Fora Bolsonaro.

Dois dias depois, apareceu a primeira proposta de um texto alternativo ao nosso, com o conteúdo do Fora Bolsonaro. Na reunião posterior, houve o debate em que se explicitou a divergência e esclareceu o significado do Fora Bolsonaro, mas, deliberou-se que se tentasse compor um texto de “consenso”. Esse texto foi elaborado sem a nossa participação. O texto final mantinha o Fora Bolsonaro, evidentemente, e foi aprovado por maioria.

Decidiu-se, no entanto, antes de divulgar esse documento, colocar o mesmo numa reunião aberta da diretoria com a base, o que ocorreu no dia 14 de julho, quando foram expostas as duas posições. Agora, a diretoria deve divulgar o texto da maioria.

Sindicato de professores se enfileira por detrás do “Fora Bolsonaro”

Com o pretexto da “necessidade de alianças conjunturais, o Sindiprol/Aduel se junta às diversas organizações políticas, sindicais e aos movimentos sociais pelo ‘Fora Bolsonaro!’ como parte da luta em defesa dos empregos, salários, direitos sociais e trabalhistas, liberdades democráticas e liberdade de produção científica, assim como em defesa das conquistas da ciência, das universidades públicas e do serviço público”.

Regionais

Essas eleições demarcam o caráter hipócrita e eleitoreiro dessas correntes reformistas, que discursam em “salvar vidas”, mas, na prática, subordinam-se aos gestores do Estado e da universidade. Se, de fato, PT, PSOL e companhia, estivessem dispostos a proteger os estudantes do novo vírus, teriam de exigir da reitoria o adiamento das eleições, enquanto persistisse a pandemia. E, ao invés de caçar votos, estariam organizando os estudantes para combater os governos, desde antes do fechamento das salas de aula presenciais. Cabia, sim, é convocar as assembleias, nos cursos e geral da universidade, de forma a que os que estudam e trabalham pudessem discutir e decidir sua resposta à pandemia, independente da burocracia e do governo.

Dessa forma, o POR se recusou a participar do processo antidemocrático da eleição de RD virtual e manejada pela burocracia universitária. Denuncia a farsa da reitoria. Denuncia a subordinação sem luta da direção do DCE. E, condena as eleições de RDs ocorrerem em meio ao fechamento da universidade, aos mortos da pandemia, em sua esmagadora maioria, trabalhadores pobres, desempregados e na informalidade. Lembremos que a reitoria é correia de transmissão do governo do estado, e, por essa razão, a imposição das eleições nesse momento está alinhada à política genocida do governo, de flexibilização do isolamento social, em meio ao aumento do número de casos e mortes pelo coronavírus. A atual direção do DCE e consortes, ao acatar a imposição da reitoria, subordinam-se a essa política do governo; dentro dos limites de sua atuação, tornam-se coniventes aos ataques desse governo às massas profundamente golpeadas.

O movimento estudantil deve rechaçar a política colaboracionista e submissa dessas direções reformistas, se organizar para superá-las, e em seu lugar erguer uma direção revolucionária no seio da universidade.

Em que pese a tentativa de dourar-a-pílula com frases sobre defesa de empregos e salários, direitos sociais e liberdades democráticas, não há como esconder o enfileiramento por detrás do movimento pelo impeachment, que consiste na substituição de um governo burguês por outro, nessa medida, subordinado à oposição burguesa.

No debate que precedeu à deliberação pela maioria, a Corrente Proletária denunciou que a bandeira do Fora Bolsonaro feria a necessária independência de classe que o sindicato e os trabalhadores devem preservar, e defendeu uma campanha centrada nas reivindicações das massas pelo emprego, salário e contra a MP da redução salarial.

A argumentação para sustentar a posição majoritária se limitou ao surrado ramerrame de que “como não estamos em vésperas de tomar o poder” logo, temos que fazer “alianças”, como aparece no texto aprovado, defendendo que o sindicato tem se “juntar às diversas organizações políticas, sindicais e aos movimentos sociais pelo Fora Bolsonaro”. Trata-se da velha trapaça estalinista para justificar sua política contrarrevolucionária de coexistência pacífica com o capitalismo, complementar à “doutrina” do socialismo num só país.

O mais curioso é que alguns ainda caracterizaram a posição majoritária como sendo de independência de classe, devido provavelmente a que aparece ao longo do texto alguma referência às reivindicações das massas, postas, no entanto, na fila dos fundamentos para se chegar ao Fora Bolsonaro, como a solução desses

problemas. Porém, diante das críticas do que significava o Fora Bolsonaro, o único “argumento” que lhes ocorreu foi o de repetir que “não estamos em vésperas de tomar o poder”. Como se a independência de classe fosse um acessório, que só se pode vestir na véspera da “tomada do poder”, e não a condição cotidiana e permanente que a classe deve preservar para chegar a tomar o poder.

O objetivo da tomada de posição não é o de desenvolver a luta dos professores e servidores públicos, que hoje amargam quatro anos de congelamento salarial, e sofreram outras derrotas, como a reforma infame da Previdência. O documento não tem essa finalidade, mas apenas a de se inserir na frente pelo impeachment do Bolsonaro.

Se o objetivo fosse o desenvolvimento da luta, poderia se discutir que frentes e “alianças” convém para levantar os professores e os servidores públicos numa luta nacional unificada com o conjunto dos trabalhadores pelos salários, empregos, terra e escola para todos. Certamente que os “aliados” e os métodos de luta seriam outros, bem diferentes dos partidos que levantam o Fora Bolsonaro apenas como forma de se potenciarem eleitoralmente. Mas, a “necessidade de alianças” postulada aqui como argumento, significa apenas o enfileiramento por detrás da frente burguesa, potencia a burguesia descontente com o Bolsonaro, e desvia as massas do caminho da luta pelas suas reivindicações, caminho que leva estas a se separarem da influência da política burguesa, das ilusões democráticas, e adotar o caminho da independência de classe.

Os professores farão a experiência com esta política e, dependendo da luta de classes no plano nacional, poderão avançar para posições classistas, mas sem a constituição de uma corrente proletária na universidade que impulse a perspectiva da revolução proletária, o mais provável é fiquem a reboque da imponente orientação reformista.

**Texto apresentado pela Corrente Proletária –
posição minoritária**

**Abaixo Bolsonaro! Contra a MP da
redução salarial! Em defesa
dos empregos e salários.**

A política de isolamento social fracassou. O número de mortos e contaminados expõe esse fracasso. O poder econômico im-

põe a volta ao trabalho, mesmo com o crescimento da pandemia e sem condições de proteção aos trabalhadores. Bolsonaro triunfou em sua política anti-isolacionista, e a incapacidade dos governadores reagirem contra Bolsonaro se deve ao fato da burguesia exigir a quebra do confinamento. É o que se verifica no Paraná, inclusive em Londrina.

Milhões de trabalhadores perderam o emprego. A multidão que vive da informalidade não vê outra saída para a miséria e a fome senão recorrer ao comércio das calçadas. Os que estão voltando ao trabalho, voltam desorganizados, golpeados e temerosos. É preciso reverter o desastre social e político, agravado com a pandemia. Os explorados já vinham perdendo terreno, principalmente desde a quebra econômica de 2015 e 2016. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, de 2017 e 2019, atingiram profundamente a vida das massas. Agora, na sequência, arcam com a brutal MP 936, e nova onda de demissões. E vêm mais ataques pela frente, anunciado por Bolsonaro-Guedes.

O que se coloca é a retomada da luta e organização das massas no campo de independência de classe. Mas esta tarefa se choca com os aparatos burocráticos, estatizados e corrompidos pelas direções sindicais e políticas. No momento se enfileiram por trás do PT para pôr em pé um movimento pró-impeachment de Bolsonaro. Preparam os canais da institucionalidade burguesa para carrear os sindicatos, que terão de controlar a revolta dos explorados, que, cedo ou tarde, retomarão a luta nacional. Trabalham por uma frente ampla democrático burguesa, cuja finalidade é a de trocar um governo burguês por outro. Reformistas das mais variadas cores, centristas e esquerdista oportunistas confabulam uma forma de como se colocarem sob a bandeira comum de “Fora Bolsonaro” e “impeachment”.

Esse é o caminho para desviar a tarefa de organizar a luta independente dos explorados por suas reivindicações e um plano próprio de luta. A bandeira do momento é a de preparar a volta ao trabalho para defender os empregos, os salários e os direitos trabalhistas.

***Abaixo Bolsonaro!
Contra a MP da redução salarial!
Em defesa dos empregos e salários.***

Atos pelo "Fora Bolsonaro"

Pernambuco

O ato em Recife do “Fora Bolsonaro”

No dia 10 de julho, aconteceu, no bairro de Casa Amarela, o ato “simbólico” Fora Bolsonaro, convocado pelas Centrais Sindicais e Frentes. O objetivo do ato foi o de realizar ações para pressionar Rodrigo Maia, e abrir o processo de impeachment. Tendo a construção do ato por meios virtuais, devido ao imobilismo da esquerda, em meio a campanha “Fique em casa”, o resultado foi de um ato esvaziado e bastante desorganizado, não chegando a sair em marcha pelas ruas, nem atrapalhar o trânsito. A CSP-Conlutas, que propagandeia a necessidade de realizar assembleias e impactar os locais de trabalho, não aplicou isso nos sindicatos que dirige. O PSTU/Conlutas chegou ao ato no final, apenas para registrar as imagens e alimentar suas redes sociais. O espaço realizado, um mercado público, foi desfavo-

rável às bandeiras dos centristas e reformistas, porque diversos comerciantes cobravam a reabertura total do comércio.

O ato teve seu ápice com a realização de uma peça teatral, que não seguiu nenhuma das medidas sanitárias, e infantilizou os trabalhadores quanto ao entendimento da crise econômica e pandêmica. Qual trabalhador não percebe que o sistema de saúde está sucateado? Que o desemprego está cada vez maior? Que destruição de direitos, precariedade e informalidade estão aumentando?

O POR atuou com um manifesto, e fez uma fala no carro de som, com a defesa da retomada urgente da luta para recuperar os empregos, reverter as perdas salariais, revogar as contrarreformas de Temer/Bolsonaro, e enfrentar os novos ataques que Guedes prepara. Essa é a tarefa fundamental.

O PT, centrais sindicais e demais movimentos vêm levantando a bandeira do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”, deixando de lado as demissões, desemprego, subemprego e redução de salários. Não será por meio de um impeachment, que os explorados

irão conquistar melhores condições para responder aos ataques dos governos. O impeachment depende do Congresso Nacional e do consentimento das Forças Armadas.

É necessária uma frente única e nacional em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública. Convocar as assembleias e constituir os comitês de base. Operários e demais trabalhadores, vamos exigir que as centrais, sindicatos e movimentos unam empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais, em um poderoso movimento pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e saúde pública.

Rio Grande do Norte

O “Fora Bolsonaro” em Natal

No domingo, 12/07, foi realizado o ato chamado pelos partidos de esquerda. A programação era uma caminhada, saindo da Praça das Flores, até a Praia dos Artistas, onde aconteceria o ato simbólico de fincar cruzeiros na areia da praia. Estavam presentes militantes do POR, PSTU, PSOL, PCO, PCR/UP e o MLB. O PT esteve ausente, deixando expressa sua política de conciliação com o governo de Fátima. Contou com algumas direções de sindicatos, como SINDSAÚDE e Bancários. Excetuando o POR, todos levavam a bandeira do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment já!”. E alguns o “Fora Fátima” e, até mesmo, “Lockdown já!”. Não foram levantadas as reivindicações, que unificam e chamam os trabalhadores às ruas. O POR compareceu com a bandeira de “Abaixo o governo Bolsonaro”, e as reivindicações que unificam a maioria explorada.

O POR vem apontando que o impeachment, em última instância, depende de uma ampla frente burguesa, e do consentimento das Forças Armadas.

O POR interveio por meio do Manifesto, bandeira e duas falas no carro de som. Foi colocada a defesa das reivindicações dos trabalhadores, por emprego, saúde, e a necessidade de lutar por um plano de emergência próprio dos explorados. O POR se diferenciou, criticando a via do impeachment e a bandeira do Fora Bolsonaro, que tem servido para desviar o combate dos explorados para o eleitoralismo. E defendeu a via própria da classe operária para enfrentar o governo militarista de Bolsonaro, partindo da luta pelas reivindicações de emprego, salário, direitos trabalhistas e saúde pública. Denunciou o governo do PT, Fátima Bezerra, que se alinhou à política burguesa do isolamento social, e vem implementando as contrarreformas, como a da Previdência.

O ato não esteve, assim, sobre a base das reivindicações elementares dos explorados e do método da luta de classes para conquistá-las. Portanto, não esteve armado dos métodos da classe revolucionária, não convocou os empregados e desempregados em defesa de emprego a todos, contra a MP 936, e contra a política

Atos de 12 de julho

burguesa de Bolsonaro e Fátima.

A vanguarda com consciência de classe precisa romper com a política eleitoralista das direções sindicais e partidárias, e trabalhar para penetrar as ideias revolucionárias no seio da classe operária e demais explorados. O que significa defender o programa do proletariado e sua estratégia própria de poder, que é a do governo operário e camponês.

São Paulo

Ato pela democracia e impeachment continuam esvaziados e a frente “pela democracia” insiste no erro

A oposição burguesa de esquerda, encabeçada pelo PT, tem conseguido arrastar atrás de si amplos setores pelo impeachment. O PCO, PCB, PCdoB, PSTU, PSOL, UP e outros têm rezado, passivamente, a cartilha do instrumento burguês do impedimento do presidente por um processo, que depende da aprovação do Congresso Nacional e STF. O mesmo Congresso que tem aprovado as medidas de ataque aos trabalhadores e salvaguarda do capital. O POR vem apontando que o impeachment, em última instância, depende de uma ampla frente burguesa, e do consentimento das Forças Armadas. É a burguesia, assim, quem decide tirar ou não um governo eleito pelo voto popular, de acordo com seus interesses de classe. Isso ficou claro no processo contra Dilma/PT, que não conseguia aplicar as reformas com a velocidade e profundidade que era exigida pela burguesia diante da recessão.

As manifestações têm sido cada vez menores, e a aposta desta frente se volta novamente para os métodos individuais e distacionistas. Nos dias 10, 11 e 12 foram organizadas atividades virtuais, twittaços, painéis, campanhas da janela, e pífias manifestações de rua. Em SP, sequer os organizadores chamaram suas bases para o ato, que ocorreu na praça da Sé.

O POR esteve presente com seu Manifesto e bandeiras. No entanto, o ato se resumiu ao caráter ecumênico (religioso). Mesmo assim, o POR pediu a palavra para os organizadores, MTST/PSOL/Somos Democracia, que a negaram. Para esses organizadores, o ato mais importante ocorreria em Brasília, no dia 14 de julho, quando as direções protocolariam no Congresso Nacional o pedido de impeachment de Bolsonaro.

O POR, nessas manifestações, têm mostrado que a política burguesa do isolamento social, aplicada por todos os governos, e não somente pelo governo federal, foi de demissões, rebaixamento salarial e suspensão de contratos. E não protegeu a população pobre do contágio e das mortes. Os trabalhadores se encontram profundamente golpeados pelos ataques que sofreram neste último período, e se mostram desconfiados com suas direções sindicais. Diante dessa situação, a tarefa principal é organizar os explorados, ganhar novamente sua confiança para a luta. Chamar as assembleias nos sindicatos, nas escolas e universidades, assembleias democráticas com ampla participação da base, e levantar um movimento forte pelas reivindicações mais sentidas da classe: salário, emprego, saúde pública etc. É por aí que o movimento contra o governo deve nascer, com independência de classe. Colocar abaixo o governo militarista e fascizante de Bolsonaro, com os métodos próprios da classe operária. Unir empregados e desempregados, formais e informais numa única luta. Com um amplo movimento de rua, organizado e combativo, para impor um plano próprio de emergência para os oprimidos.



Pernambuco - Manifesto distribuído no dia 12 de julho

A tarefa do momento é erguer um movimento por emprego, salário e proteção sanitária

As Centrais Sindicais e Frentes estão convocando atos pelo “Fora Bolsonaro” no dia 10 de Julho. A reivindicação é “Em defesa da vida, do emprego e da democracia: Impeachment Já”. A Frente que agrega centrais, movimentos e partidos como PCB, PCO, PSOL, PSTU, PT e UP tem como objetivo realizar ações para pressionar Rodrigo Maia a abrir o processo de impeachment. Este chamado traz mais problemas para os trabalhadores que enfrentam o pior dos mundos, com a combinação da crise econômica e crise pandêmica. O que é necessário fazer?

Focar nas reivindicações de empregos e salários

A burguesia aproveitou a campanha do #FiqueEmCasa e a quarentena dos sindicatos e movimentos para arrancar tudo de quem já não tinha quase nada. Já estamos chegando a 70 mil mortos e milhões de doentes. O número de desempregados superou o número de empregados. Quem conseguiu manter o emprego, teve redução nos salários em até 70%, com a MP 936. A destruição de direitos, precariedade e informalidade chegou a níveis insuportáveis. É urgente lutar pela recuperação dos empregos, reverter as perdas salariais, revogar as contrarreformas de Temer/Bolsonaro, e enfrentar os novos ataques que Guedes prepara. Essa é a tarefa.

Exigir proteção sanitária

A medida científica do isolamento social foi aplicada no Brasil conforme os interesses da burguesia. O poder econômico é que decidiu quem poderia ficar em casa; quem continuaria trabalhando, se expondo ao vírus; e quem ficaria desamparado, se aglomerando para ter acesso a medidas assistenciais. Também foi o poder econômico que quebrou a separação entre Bolsonaro e os governadores, quando todos passaram a abrir a economia no pico do contágio.

A pandemia encontrou no Brasil um sistema de saúde já sucateado, o que condenou milhares de pobres à morte. É necessário defender que a rede privada fique sob o controle do SUS, garantindo todos os recursos existentes para todos. E que o SUS seja controlado pelos trabalhadores. Esta reivindicação de emergência é uma ponte para a luta pela estatização do sistema privado e criação de um único sistema público, gratuito, sob controle operário.

Combater toda opressão e exploração

Sob a pandemia, aumentou a violência das polícias contra a juventude preta e pobre. As mulheres ficaram mais sobrecarregadas com o trabalho doméstico e mais expostas à violência. No campo e nas florestas, cresce a violência dos latifundiários, mineradoras e madeireiras. A burguesia mergulha a humanidade cada vez mais na barbárie social. É preciso lutar pelo fim do capitalismo.

Pôr abaixo Bolsonaro com independência de classe

A frente “Fora Bolsonaro” tem como máximo objetivo pressionar Maia para abrir o processo de impeachment. O Impeachment é um instrumento antidemocrático, em que os parlamentares decidem por cima dos votos se um presidente fica ou sai. É um instrumento das disputas no interior das próprias classes dominantes. Só se materializa quando é de interesse das frações principais

do Capital. Tiram um governo e colocam outro no lugar, que vai continuar atacando a maioria explorada e oprimida. As esquerdas que estão seguindo esta linha estão fazendo um jogo eleitoral, de desgaste do presidente. É necessário sim julgar todos os crimes da burguesia e também dos Bolsonaros, porém, com independência de classe, por meio de tribunais populares.

Recusar a farsa das assembleias, plenárias e atos virtuais

Com a quarentena, as centrais, movimentos e partidos suspenderam todas as lutas concretas. Desmarcaram o ato de 18 de março, em vez de fazer assembleias para aprovar um plano de emergência que de fato protegesse a maioria explorada. Realizaram negociações e assembleias virtuais, que serviram para legitimar a destruição de direitos. As contradições da crise, porém, levaram as massas a voltarem às ruas. Foi assim nos Estados Unidos, com os levantes antirracistas. Tem sido assim em vários outros países, inclusive no Brasil, com os atos das torcidas, contra o racismo e dos entregadores de aplicativos, dentre outros.

Em vez de atos reais nas ruas, as direções convocam, no máximo, atos simbólicos. Pior, tentam se colocar à frente dos movimentos que despontam e canalizar para seus fins eleitorais. É preciso observar todos cuidados de biossegurança ao nosso alcance e realizar as assembleias nos locais de trabalho e moradia. Criar comitês pelos empregos, salários, saúde e vida.

Necessidade do método da ação direta

As massas exploradas e oprimidas são a maioria. São elas que produzem a riqueza social e que fazem toda economia funcionar. A classe operária, nas fábricas, plataformas de petróleo, etc. tem um grande poder coletivo de atingir o coração do sistema capitalista. Os rodoviários têm o poder de travar a circulação da força de trabalho. Os trabalhadores rurais podem afetar a menina dos olhos do governo, o agronegócio. A juventude oprimida tem uma capacidade enorme de manifestar sua revolta contra esse sistema. Todo este potencial, porém, é adormecido e desviado. As direções deixam a classe operária, camponesa e juventude passivas, esperando que o parlamento apodrecido resolva seus problemas. O que pode sair de bom das mãos do Rodrigo Maia, responsável pela aprovação da Reforma da Previdência de Bolsonaro? É preciso que os trabalhadores e juventude confiem em suas próprias forças, e voltem a usar os métodos da ação direta: greves, bloqueios, piquetes, grandes marchas. Sem isso, os patrões e o governo continuarão aproveitando para retirar todo e qualquer direito.

Combater a conciliação de classes

As mesmas esquerdas que inventaram uma unidade nacional contra o vírus (com patrões e trabalhadores juntos), agora se alinham em torno do impeachment de Bolsonaro, que implica deixar de lado a tarefa número um, de pôr em pé um poderoso movimento pelas reivindicações próprias dos explorados. O combate à conciliação mostra a necessidade de uma estratégia própria de poder, o governo operário e camponês, fruto da revolução e ditadura proletárias.

Nesta edição:

- **Argentina:** Somente a classe operária pode pôr em pé um plano de emergência para responder à catástrofe econômica e sanitária.
- **Bolívia:** A luta de classes, momentaneamente mitigada pela pandemia. Devemos preparar as massas para a arremetida posterior.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional****América Latina****Crise sanitária e econômica deixa a América Latina mais pobre e desigual**

● *Milhões são empurrados da pobreza à pobreza extrema* ● *Juventude duramente golpeada*

A pandemia atingiu o continente latino-americano, já debilitado pela crise econômica mundial de 2008, a exemplo do Brasil, que mal se recuperava da recessão de 2015-2016. Apesar da heterogeneidade da estrutura produtiva dos países e dos distintos ritmos de penetração do coronavírus, pode-se dizer que, de conjunto, vem ocorrendo uma brutal regressão das forças produtivas. Os governantes, de diferentes matizes ideológicas, adotaram, nos primeiros meses da pandemia, medidas semelhantes, para evitar o contágio desenfreado, e a quebra generalizada dos precários sistemas de saúde. A burguesia impôs a política do isolamento social, suspendendo, total ou parcialmente, ramos inteiros da produção, comércio e serviços. Trata-se de uma ação que não protegia a maioria da população pobre e de fôlego economicamente curto. Em pouco tempo, uns mais rápidos ou menos, o poder econômico quebrou sua política de isolamento social e retomou as atividades.

No entanto, os efeitos das restrições foram e são violentos. O chamado “novo normal” retomou sobre a base da queda do consumo e das exportações. As atividades e serviços, como turismo, restaurantes, hotéis e espetáculos, estão no fundo do poço. Estima-se que uma parte significativa não reabrirá pós-pandemia. A queda do comércio internacional, baixos preços das commodities, aumento dos déficits públicos, queda na renda dos assalariados, e redução do consumo interno afetaram as economias nacionais. Mas, é sobre as economias semicoloniais e, como dissemos, já enfraquecidas, que as consequências são mais desastrosas, é o que se passa na América Latina.

A industrialização, que se limita a poucos países, sofreu um baque. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) expõe os dados a partir do desempenho do primeiro quadrimestre de 2020, em comparação ao mesmo período do ano passado. Aponta que a produção industrial no Brasil caiu 8,2%, sendo mais forte nos setores automotivos e de autopeças. No México, a indústria manufatureira encolheu 10,9%, destacando-se os setores de calçado e couro, com retração de 29,5%. No caso da Argentina, a produção industrial diminuiu 13,5%, apontando os setores automotivos e autopeças, -40,4% e -37,8%, respectivamente. E o pior resultado foi o do Peru, com queda industrial de 21,4%. Certamente, a tendência no próximo quadrimestre é de manutenção da curva descendente.

Os capitalistas pleiteiam mais proteção por parte dos governantes. As pequenas e médias empresas exigem maior atenção por parte do Estado. Dados da Cepal mostram que 2,7 milhões de empresas foram fechadas, nos primeiros meses da pandemia, o que

resultou em uma perda de 8,5 milhões de postos de trabalho. Há uma gritaria generalizada de que os recursos do governo têm sido insuficientes. Isso quando os governos têm voltado os Tesouros nacionais inteiramente para proteger os capitalistas. Segundo a Cepal, 18 países da América Latina e Caribe adotaram medidas para “evitar as demissões”, entre elas, a suspensão dos salários e pensões, maior flexibilidade e redução de jornadas, subsídios ao pagamento dos salários, e facilidades para acesso ao crédito bancário. Apesar das medidas protetivas, há um consenso de que a recuperação será “mais lenta e gradual do que inicialmente se esperava”.

Os capitalistas e governos impuseram a redução salarial e o teletrabalho, denominado pela Cepal como “proteção social para os trabalhadores formais”. Diz que 25 países adotaram medidas de “proteção”, que incluem o teletrabalho, redução de jornada e salário, seguro desemprego, entre outras, em graus diferenciados. O gráfico da pesquisa aponta que a imposição do teletrabalho abarcou 19 países, envolvendo os setores públicos e privados. A redução da jornada foi aplicada em 11 países, no período analisado.

O fundamental está em que a retração econômica golpeia duramente os trabalhadores, amplia a submissão dos países mais débeis às potências, aumenta os desequilíbrios regionais, reduz a capacidade de industrialização das nações semicoloniais e empurra milhões para a pobreza extrema. A constatação é que o isolamento social acabou favorecendo a demissão em massa, redução salarial, avanço da precarização do trabalho, queda na renda média dos assalariados, e avanço da pobreza e miséria. E que a pandemia atingiu a população mais pobre do continente, deixando milhões de mortes.

Em poucos meses, avançam a pobreza e a miséria

O Informe Especial Covid-19, em 2020, divulgado pela Cepal, prognostica que a pobreza na América Latina alcançará um total de 214,7 milhões de pessoas, o que equivale a 34,7% da população da região. E a pobreza extrema chegará a 83,4 milhões. Afirma que a pobreza extrema será enormemente elevada no México, Nicarágua e Equador. E a pobreza em geral, por sua vez, aumentará na Argentina, México, Equador e Brasil. Ressalta o deslocamento de contingentes que pertenciam à camada média da população para posições mais baixas. Considera que cerca de 15% dos extratos médios-baixos serão muito afetados.

Como se vê, as medidas governamentais de proteção à grande parte da população foram vergonhosas. Na maioria dos países,

os auxílios financeiros, além de reduzidos, não abarcaram a totalidade de trabalhadores informais e desempregados. No Brasil, em função do isolamento social, milhões perderam suas fontes de renda, boa parte praticada no comércio de rua. Estima-se que metade da população, cerca de 111 milhões, necessitaria do auxílio emergencial. Segundo a Caixa Econômica federal, o programa atingiu 64,1 milhões de pessoas, que inclui 19,2 milhões do Bolsa Família, 10,5 milhões do Cadastro Único, e 33,8 milhões que se inscreveram pelo aplicativo para receberem o auxílio de R\$ 600,00, por três meses. Agora, essa massa humana aguarda o pagamento da prorrogação por mais dois meses. De maneira geral, a política dos governos latino-americanos se limitou à entrega de alimentos, medicamentos, máscaras e materiais de higiene para uma parcela dos moradores de rua, favelas e cortiços.

Os dados da Cepal indicam o quanto a maioria da população vem padecendo com o avanço da pandemia em toda a região. Contingentes enormes da população estão sendo empurrados para a pobreza extrema. Evidenciam que as medidas governamentais de “proteção aos mais vulneráveis” são irrisórias, diante a miséria e fome que se alastram dia após dia.

Efeitos da crise sobre mulheres e jovens pobres

As consequências da crise econômica e sanitária atingiram profundamente os explorados. As demissões em massa e o aumento do desemprego golpearam as famílias trabalhadoras. Boa parte das mulheres, que já enfrentavam a informalidade e a precariedade do trabalho, perdeu sua fonte de renda.

O relatório da Cepal assinala que as trabalhadoras domésticas remuneradas (que significam 11% das mulheres ocupadas), muitas delas indígenas, migrantes e afrodescendentes, se encontram em situação lamentável. Como não podem trabalhar a distância, não têm contrato formal, perderam os empregos, e não contam com nenhuma forma de assistência social (seguridade). Diz que a situação se agravou, com a suspensão das aulas, aumentando a carga de trabalho doméstico, assumido geralmente pelas mulheres e meninas.

A quarentena escolar afetou 115 milhões de estudantes, da pré-escola ao superior. Segundo o relatório, 21 países latino-americanos adotaram as aulas remotas. Os efeitos sobre os explorados foram enormes, entre eles, se destaca o aumento da distância entre a educação privada e a pública, em função das condições de pobreza das famílias operárias e camponesas, que impedem o uso de recursos tecnológicos e internet, necessários ao EaD. Sem dizer do baixo nível cultural dessas famílias, um obstáculo ao acompanhamento das aulas remotas pelos filhos. O relatório estima que o uso prolongado das aulas a distância tende a aumentar o abandono escolar, e os riscos para a saúde mental das crianças e jovens. Destaca que a suspensão das aulas presenciais interferiu diretamente na nutrição de boa parte dos estudantes pobres, que dependem da alimentação que é servida nas escolas. A política burguesa do isolamento social, em todos os países, sem exceção, se mostrou incapaz de defender as condições de existência da maioria das crianças e adolescentes.

O relatório assinala que a juventude oprimida tem sido a que mais sofre diante do desemprego generalizado. Terá maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho, pós-pandemia. O resultado será o crescimento do número de jovens fora da escola e do trabalho. No Brasil, criou-se uma nomenclatura para essa situação da juventude: geração “nem, nem”, que não estuda, nem trabalha. O fato é que já são 11 milhões de jovens brasileiros nessa condição, e que tende a aumentar exponencialmente, com o abandono dos estudos e eliminação de postos de trabalho, no comércio, serviço e indústria.

O documento da Cepal aponta que a crise aprofundará as desi-

gualdades sociais, que sofrem os povos indígenas e afrodescendentes no mercado de trabalho. O que faltou deixar claro no estudo é que a discriminação é estrutural. Com a queda econômica, se agravará essa dura realidade.

Conclusão

Os informes da Cepal apresentam uma série de recomendações aos governos latino-americanos. Concluem dizendo que “o desafio é fortalecer o Estado de bem-estar para evitar outra década perdida”. E que o momento é de “implementar políticas universais, redistributivas e solidárias”. Orienta os governos a retomarem a “agenda regional de desenvolvimento Social Inclusivo”, de 2019, cuja diretriz geral é a de “garantia universal de um nível de ingresso básico”. O que exige “proteger o gasto público social”. Refere-se, também, à “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Recomendação sobre os Pisos de Proteção Social, 2012, da OIT”. Afirma que é preciso “construir o Estado de bem-estar e sistemas de proteção social universal”, que seria “a chave para evitar outra década perdida”. Essa conclusão da Cepal se reporta à crise financeira internacional de 2008, frisando “o gasto público social contracíclico e das políticas sociais orientadas a moderar os efeitos da crise nas economias reais e frear o aumento do desemprego e da pobreza”. A Cepal alerta que “a crise pode aprofundar expressões de mal-estar, desconfiança e descontentamento com a democracia, o que constitui um risco importante para a coesão social”. Assim, recomenda “um pacto social centrado no bem-estar e nos direitos (...)”. Avalia que “a pandemia evidenciou, não só as limitações estruturais do modelo econômico vigente, mas também as falhas e insuficiências dos sistemas de proteção social e dos regimes de bem-estar em geral”. O “modelo de desenvolvimento” precisa ser repensado.

Em meio a essas recomendações gerais, a Cepal indica que é preciso proteger, em especial, os trabalhadores informais e precários, o que envolve o acesso universal à saúde, aos serviços básicos e à moradia, alimentação adequada e educação, no caso das crianças e adolescentes. A médio e longo prazo, advoga a “saúde universal” e a proteção a “grupos etários mais vulneráveis, aos habitantes de áreas rurais e distantes, aos povos indígenas e populações afrodescendentes, a pessoas incapacitadas e aos migrantes”. Em particular à saúde, pleiteia “superar a atual fragmentação, hierarquização e mercantilização do sistema de saúde (...)”.

A Cepal faz um bem à verdade ao apresentar dados objetivos da desintegração do capitalismo, em particular na América Latina, e um mal ao alimentar a ilusão na possibilidade de reformar esse mesmo capitalismo, e livrar os explorados das brutais consequências sociais. O bloqueio mundial das forças produtivas, que afeta profundamente os países semicolônias da América Latina, e a pobreza, miséria e fome de grandes contingentes da maioria oprimida são de ordem estrutural, e não consequências negativas de “modelos econômicos de desenvolvimento”. A pandemia se encarregou de expor, em toda a plenitude, que o capitalismo é um modo de produção arcaico, que tem de ceder lugar ao socialismo, caso contrário, a barbárie social se agigantará ainda mais.

Os reformistas em geral apoiaram a política burguesa do isolamento social, que deixou a descoberto os mais pobres e miseráveis. Em nenhum país da América Latina, essa política foi adotada para proteger as massas da pandemia e garantir os empregos, salários e direitos trabalhistas. Está certa a Cepal, ao alertar os governos e a burguesia sobre o perigo da convulsão social em todo o continente, caso não se adotem os receituários do Estado do bem-estar social.

Somente a classe operária organizada pode responder à tamanha catástrofe. A vanguarda com consciência de classe deve dominar os dados do relatório para lutar no seio da classe operária e demais oprimidos com o programa da revolução e ditadura proletárias.

Argentina

Somente a classe operária pode pôr em pé um plano de emergência para responder à catástrofe econômica e sanitária

Como advertimos, nos últimos anos, estávamos diante de uma crise de características extraordinárias, em nível mundial. A crise de 2008 abarcava o mundo inteiro, e não conseguia ser estancada. A agressiva guerra comercial entre os Estados Unidos, China e Europa agravou ainda mais a situação, exacerbando o protecionismo, avançando na conquista de recursos dos países semicoloniais, descarregando sobre eles a crise de superprodução. Os níveis elevados de endividamento dos países, empresas e pessoas soaram os alarmes. Ajustes após ajustes, demoliram os orçamentos da saúde e educação, aplicaram-se reformas trabalhistas, tributárias e previdenciárias, que provocaram um retrocesso das condições de vida e trabalho das massas, em todos os países. O capitalismo se sustentava, destruindo condições conquistadas pelos explorados nas últimas décadas, aumentando o desemprego em níveis insuportáveis, com mais de 200 milhões no mundo inteiro. Dezenas de milhões de esfomeados e desesperados migravam das semicolônias para países desenvolvidos, buscando trabalho, escapando das guerras. O comércio mundial e a produção se desaceleravam, mostrando indicadores de estancamento. Esse era o cenário que tínhamos no começo do ano, expondo alguns dos aspectos destacados.

Não esqueçamos. A pandemia explodiu simultaneamente todas estas questões no mundo inteiro. Em quatro meses, a situação, que era dramática, se transformou em catástrofe. Centenas de milhares de empresas, no mundo inteiro, fecharam ou suspenderam atividades, e as instituições mundiais estimam que a quantidade de novos desempregados pode superar os 400 milhões, em atividades que levarão muito tempo para se recuperar, depois de superada a pandemia. Nessa situação, governos e empresas continuam descarregando a crise sobre os mais pobres, os mais miseráveis e desesperados. A ajuda dos governos chega a conta-gotas. Um sistema que acumula riquezas e ganhos extraordinários durante séculos, e não pode sustentar seus escravos durante três meses, não deve continuar existindo.

Também ocorriam as mobilizações, greves, resistência em muitos países contra os planos de ajuste e, em alguns casos, rebeliões formidáveis das massas, como no Chile. Esse processo de luta foi apenas interrompido pelo surgimento do vírus, e das campanhas dos governos em torno ao isolamento, distanciamento e terror informativo, bem como a atitude das direções sindicais de deixar nas mãos da burguesia a resposta à crise sanitária. As massas retomam o caminho da luta e resistência, porque a situação social não é suportável.

A burguesia não tem nenhuma saída a oferecer, nem nas grandes potências, nem nos nossos países, a não ser destruir massivamente forças produtivas, agravando drasticamente nossas condições de vida e trabalho. A pandemia expõe todas as misérias, podridão e corrupção do capitalismo em desintegração.

Os Estados Unidos, a maior potência, que acumulou mais riqueza e poderio na história, está no centro da crise. O caos econômico, político e social aparece por toda parte. A ordem de intervenção militar do seu presidente foi duramente questionada e abandonada. Suas políticas repressivas, racistas e discriminatórias estão sendo rechaçadas ativamente.

Os Estados Unidos batem recorde de contaminados e mortos pela pandemia. Uma boa parte da população não tem cobertura médica, para outros é extremamente caro o acesso ao sistema de saúde, e outros não querem procurar o sistema de saúde para não serem denunciados. Os latinos e os negros são os que mais morrem, são os mais pobres os que mais morrem, tal como ocorre nas semicolônias. O gigante capitalista tem os pés de barro, e se move como um bêbado no ringue, disparando porradas a esmo, está ferido e cego, mas nem por isso deixa de ser perigoso, para os norte-americanos e para toda a humanidade. Todo mundo viu que não pôde garantir nem a saúde para seus habitantes, e que destruiu, em três meses, 40 milhões de empregos. Que apenas fabrica 10% dos insumos médicos de que precisa, depende da importação de equipamentos e até de máscaras de outros países. Pagam com sua própria moeda o desastre de suas políticas. Os Estados Unidos, nestas condições, ficam muito debilitados e golpeados no seu papel de timoneiro do capital financeiro internacional.

Nesse quadro, o governo argentino é pressionado por Wall Street, pelo FMI e grandes capitalistas locais, para reconhecer toda a dívida externa, e pagar os títulos emitidos acima do seu valor, de modo a permitir a sua fuga, para saquear a economia. É mentira que há um “abatimento” na negociação. O país estará mais endividado no mês que vem do que estava três meses atrás. Não nos deixemos enganar! O governo está de joelhos diante do capital financeiro, aceitando pagar aquilo que foi um roubo. Esse acordo é uma traição, avalizada pelos dirigentes sindicais, pelos movimentos sociais e pela maioria dos partidos políticos. Para que servem os estudos que mostram quem ficou com o dinheiro, quem especulou, quem se beneficiou? Se se abaixa a cabeça e nos fazem todos pagarmos, durante 20 anos, o dinheiro roubado por uns poucos, que tem nome e sobrenome.

O governo é consciente da gravidade da situação, que as empresas demitem massivamente, apesar das proibições, que continuam fechando dezenas de milhares de empresas, que há milhões de trabalhadores sem condições de subsistência, e menos ainda nos marcos da pandemia. O que oferece são migalhas, uma burla, perante as necessidades urgentes e imperativas.

É necessário um plano de emergência dos operários e oprimidos para enfrentar a crise:

- Que comece por desconhecer toda a dívida externa, que estatize os bancos e o comércio exterior,

- Que estruture um sistema único de saúde, gratuito, universal, nacional, para todos. Acabar com os privilégios da saúde dos que têm dinheiro para pagar. Sobre a base da expropriação da medicina privada, das clínicas, laboratórios, basta de negócios com a saúde!
- Solução urgente do drama do desemprego, repartindo todo o trabalho disponível entre todos os trabalhadores, e a implementação de um plano nacional de obras públicas sério, não a infame farsa, que estão apresentando. Basta de trabalho precarizado!
- Reajuste imediato dos salários e aposentadorias, que tenham como piso a cesta-básica, e não o que ditam as contas do FMI.
- Estatizar todos os setores vitais da economia, começando pelos hidrocarbonetos e a grande propriedade agrária. O desenvolvimento das forças produtivas está bloqueado, porque os meios de produção estão em mãos de um punha-

Bolívia

A luta de classes, momentaneamente mitigada pela pandemia Devemos preparar as massas para a arremetida posterior

Estamos chegando, na Bolívia, rapidamente ao pico da curva de contágios. As regiões de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz, onde se concentram quase 70% da atividade produtiva do país, e onde se encontra a maior parte da força de trabalho, são as mais castigadas pela pandemia. La Paz, em menos de 72 horas, ocupou o primeiro lugar como o estado de maior risco, ultrapassando Santa Cruz, Cochabamba e Beni.

De outro lado, nesses três estados do eixo central, ocorreram os maiores números de conflitos, como consequência das demissões massivas de trabalhadores, fechamento de muitas indústrias, redução dos soldos e salários que, em muitos casos, não estão sendo pagos, desde dezembro. Inicialmente, ocorreram mobilizações do setor fabril e alguns outros atos de protesto. Setores de trabalhadores autônomos também têm tomado as ruas, exigindo atenção do governo a seus problemas agoniantes, que surgiram por causa da prolongação da quarentena e do confinamento das populações.

O processo de crescimento do mal-estar social pode dar-se de maneira acelerada, ligando-se com outros setores para se generalizar e aprofundar, de tal modo que saltem de lutas puramente reivindicatórias para lutas políticas. Dessa maneira, a luta de classes poderia se converter em uma poderosa pressão para a incorporação do movimento mineiro, tradicional vanguarda do proletariado boliviano.

Contudo, nada disto ocorreu ainda. O terror da pandemia continua sendo um freio. Os fabris foram obrigados a adiar as suas mobilizações para depois da quarentena; os professores urbanos e rurais estão tendo de fazer greve de fome, que dificilmente poderão levar adiante por mais tempo; em La Paz, no entanto, tem ocorrido marchas dos professores urbanos, a última, no dia 10 de julho, foi duramente reprimida pela polícia; e também há mobilizações do magistério rural, com pais de família, apesar do temor da pandemia.

Pode-se esperar que a mobilização convocada pela COB, para dia 14 de julho, tenha escassa participação das bases, e estas sejam substituídas por grupos masistas dos setores que ainda contro-

lam. do de empresas que concentram todos os recursos. É necessário centralizar todos os recursos para planejar a economia em benefício da enorme maioria da população empobrecida e saqueada durante décadas.

Para impor esse plano de emergência, a classe operária deve levantar-se, política e organizativamente. Sabendo que nenhum governo patronal, de qualquer tipo, é capaz de mexer nos grandes interesses que dominam o país. A classe operária deve independizar-se politicamente, lutando pela sua própria estratégia de poder, por um governo da maioria oprimida, um governo operário e camponês (a ditadura do proletariado). Esse plano de emergência só pode ser imposto pela rebelião popular, pela ação das massas, nunca por uma lei do Congresso, que serve aos interesses do capital financeiro.

(Extraído do jornal Massas, nº 374, julho, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

lam.

No entanto, é preciso compreender que o temor da pandemia não significa a derrota das massas, que significaria que estas abandonem as suas demandas e se submetam passivamente às manobras das patronais, voltadas a reduzir os salários e os benefícios sociais, que as imensas massas de autônomos abaixem a cabeça e abandonem as ruas, etc. Não! Estão aguardando que diminua a curva dos contágios, para arremeter vigorosamente em defesa de seus direitos e exigir a atenção às suas necessidades. Os rigores da pandemia passarão em semanas ou em alguns meses, mas a crise econômica durará anos, e os seus efeitos serão cada vez mais devastadores para os trabalhadores e para a maioria oprimida do país. Disso todos são conscientes.

O que devemos fazer agora é nos organizar e preparar os trabalhadores para a pronta arremetida. Temos de estar com eles, ainda que seus atos sejam pequenos, ou que os masistas gerem situações agressivas contra a corrente revolucionária. Devemos levantar consignas muito claras, diferenciando-nos frontalmente da burocracia corrompida que, diante da primeira oportunidade frente a patronal e o Estado burguês, faz o papel de amplificador da política reacionária, eleitoreira e capituladora do MAS. Não fazer este trabalho seria um grave erro, porque se marginalizaria a política revolucionária no seio das massas.

O trabalho é difícil, porque se chocará inicialmente com o medo da pandemia, que se apodera especialmente das camadas mais atrasadas. Chocar-se-á também com a burocracia sindical que, ainda que muito desprestigiada, continua sendo um obstáculo para que os explorados retomem a independência política diante do Estado burguês e seus governos.

O trabalho deve realizar-se em torno à plataforma única nacional e à organização de comitês de defesa de saúde, educação, postos de trabalho, direito de viver em condições humanas, etc.

Extraído do Jornal Massas Extra, 13 de julho, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, expusemos a crítica de Lênin a Bukharin e seus partidários, que não aceitavam a proposição de paz em separado com a Alemanha, e advogavam a tese de reagir com a “guerra revolucionária”. Mostramos a importância do princípio marxista sobre a tática, desenvolvido em seu artigo “A Fraseologia Revolucionária”. Teve importância também a resistência de Trotsky à proposição de Lênin sobre a paz. Ocupou um lugar intermediário entre Lênin e Bukharin. Trotsky acreditava que a melhor atitude seria a de não assinar um tratado de paz nas condições exigidas pela Alemanha, e declarar o fim da guerra por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No “Discursos sobre a guerra e a paz na reunião do CC do POSDR(b)”, de 11 de janeiro de 1918, Lênin assim resume as distintas posições. Eis o relato da ata: “Lênin começa por expor os três pontos de vista que se colocaram na reunião anterior: 1) firmar uma paz por separado anexionista; 2) travar uma guerra revolucionária, e 3) declarar que a guerra terminou, desmobilizar o exército, mas não assinar a paz. Nessa reunião, o primeiro ponto de vista obteve 15 votos; o segundo, 32 e o terceiro, 16”. Observa-se a vitória estrondosa dos ultraesquerdistas. A proposição de um acordo, inclusive, foi derrotada pela proposição de não assinar nenhum acordo. Lênin, portanto, tinha pela frente um duro embate contra as duas proposições adversárias. O desenvolvimento das discussões indicou que o maior obstáculo estava na resistência de Bukharin e seus partidários. A tese da “guerra revolucionária” não condizia, absolutamente, com a capacidade do recém-nascido Estado operário, de combater a Alemanha por essa via. A posição de Trotsky, de fato, não ameaçava a de Lênin. O problema é que sua inconsequência poderia ser prejudicial para uma paz em condições ainda mais difíceis. Essa era a explicação de Lênin. Diz: “O que propõe o camarada Trotsky – terminar a guerra, negarmos a firmar a paz, desmobilizar o exército – é uma demonstração política internacional. (...) Se os alemães iniciam a ofensiva, veremos-nos obrigados a firmar qualquer tratado de paz, então, como é natural, esse será pior”.

A mesma ata relata “O camarada Lênin indica que em certos pontos não está de acordo com Stalin e Zinoviev, com cujo pensamento coincide em geral. É evidente que, no Ocidente, existe um movimento de massa, mas a revolução ali ainda não começou. No entanto, se modificássemos nossa tática por esse motivo, trairíamos o socialismo internacional. Não está de acordo com Zinoviev quando afirma que um acordo de paz debilitaria por um tempo o movimento no Ocidente. Se estivéssemos seguros de que, no caso de ruptura das conversações de paz, o movimento alemão pudesse se desenvolver imediatamente, teríamos de nos sacrificar, porque a revolução alemã seria muito mais poderosa que a nossa”.

No “Discurso na sessão vespertina do CC do POSDR (b)”, de 18 de fevereiro de 1918, Lênin voltou a insistir contra a tática de retardar a assinatura de um acordo, e a rechaçar a tese da “guerra revolucionária”. Reafirma: “Proponho declarar que estamos dispostos a aceitar a paz que os alemães nos ofereceram ontem. Se a isso eles agregam agora a não intervenção nos assuntos da Ucrânia, Finlândia (...), também aceitaremos inquestionavelmente”.

Observa-se que Lênin vai às últimas consequências na tese de que um acordo que sacrificasse, inclusive a autodeterminação da Polônia, era a única possibilidade de evitar a ofensiva alemã, e a derrocada do Estado operário pela contrarrevolução imperialista.

No artigo “Para uma história de uma paz infortunada”, de 7 de janeiro de 1918, Lênin faz a seguinte consideração: “(...) nenhum marxista, sem renunciar aos princípios do marxismo e do socialismo em geral, pode negar que os interesses do socialismo estão acima dos interesses do direito das nações à autodeterminação. Ao impedir que a Alemanha esmagasse a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, se garantiria a continuidade da luta pela autodeterminação”. Nesse mesmo artigo, Lênin mostra que, no período da revolução, diante da guerra imperialista, o bolchevismo desenvolveu a linha do “derrotismo” contra a própria burguesia imperialista. E que a vitória do proletariado mudou as condições. Tratava-se de assumir o defensismo revolucionário, perante a guerra imperialista, voltada contra o Estado soviético e o socialismo.

As dificuldades e protelação de um acordo em Brest-Litovsk, que davam margens à Alemanha para impor condições mais duras a URSS, potenciavam os conflitos entre as três posições, principalmente, as de Lênin e Bukharin. Em 23 de fevereiro de 1918, se realizou uma reunião do Comitê Central, justamente para discutir as novas exigências da Alemanha. Abria-se nova oportunidade para a arremetida dos ultraesquerdistas, e ensejava o desacordo de Trotsky. Segundo a ata, Lênin considerou que estava esgotada “a política da fraseologia revolucionária”. Não se podia alterar a posição, agora, majoritária, em favor de um acordo, mesmo em condições terríveis, como as concretamente apresentadas pelo imperialismo alemão. O relato dessa ata informa que Lênin se colocou pela sua retirada do governo e do CC, se não se mantivesse a proposição do acordo. Em referência à oscilação de Stalin, Lênin diz que: “se equivoca quando diz que pode não se firmar”. E conclui: “é preciso firmar nessas condições. Se não as firmarmos, firmaremos a sentença de morte do poder soviético, de agora a três semanas”. Na reunião do dia seguinte, a ata relata que Trotsky se colocou por renunciar ao cargo do Comissariado do Povo de Relações Exteriores. Lênin se opôs. Finalmente, venceu a posição de Lênin. Trotsky conservou a confiança de Lênin e deu sequência às negociações em Brest-Litovsk. Essa ata indica a profundidade de que alcançou a crise no seio da direção do partido.

Entre 6 e 8 de março de 1918, realizou-se o sétimo Congresso do Partido Comunista da Rússia (PC(d)R). Foi ratificado o acordo de paz com a Alemanha, qualificado de “duro e humilhante”. Trotsky propôs uma emenda “que proibia o governo soviético de firmar a paz com a Rada Central da Ucrânia, e com o governo burguês da Finlândia”. Foi rechaçada por Lênin, com o argumento de que “nestes momentos, não devemos atar as mãos de nenhum modo”. A emenda, segundo Lênin, expressava a divergência, tanto dos “partidários de um curso intermediário, quanto aqueles que não aceitavam de maneira alguma o acordo”. Assim se concluía a divergência.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)